



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

VERENA MACHADO ELIOTERIO

**UM OLHAR INTERSECCIONAL SOBRE A SAÚDE DAS
MULHERES NEGRAS DO BAIRRO DA MASSARANDUBA**

Salvador
2020

VERENA MACHADO ELIOTERIO

**UM OLHAR INTERSECCIONAL SOBRE A SAÚDE DAS
MULHERES NEGRAS DO BAIRRO DA MASSARANDUBA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Ma. Caroline Ramos do Carmo.

Salvador
2020

VERENA MACHADO ELIOTERIO

**UM OLHAR INTERSECCIONAL SOBRE A SAÚDE DAS
MULHERES NEGRAS DO BAIRRO DA MASSARANDUBA**

Monografia apresentada, com o objetivo de obter o grau de Bacharela em Serviço Social, conferido pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, sob a orientação da Prof.^a Ma. Caroline Ramos do Carmo.

Salvador, 31 de julho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Caroline Ramos do Carmo
Orientadora

Prof.^a Ma. Elisangela de Souza Santos
Examinadora Interna

Prof.^o Me. Ubiraci Carlúcio
Examinador Externo

Dedico às mulheres pretas do bairro Massaranduba, invisibilizadas pelo sistema racista, misógino e classista, às que tiveram seus corpos pretos esquecidos nas periferias e às pretas que sangram e sangraram em silêncio, vítimas da necropolítica.

AGRADECIMENTOS

Gratidão à vida! Meu querido Deus obrigada pelo seu doce amor, eu não teria conseguido sem você.

Agradeço a mim, por ter resistido todos os dias até aqui, pelas noites em claro, pela correria faculdade- estágio- trabalho, por me permitir desconstruir algumas certezas e construir um caminho de novas possibilidades.

Um agradecimento especial recheado de amor para mainha, Marlene Machado, por ter me guardado em seu ventre, dividido sua vida comigo e me ensinado a cursar o rumo da minha própria vida. Me ensinando dar nome aos meus sentimentos. Seu sorriso, sua alegria é o próprio significado de que é possível florescer no deserto das nossas dores, a senhora é a pessoa mais amável desse universo, se não fosse por você eu não teria conseguido. Seu amor em forma de oração sempre me acompanhou durante esse processo, obrigada pelo seu amor mainha, pelo seu colo casa, por toda sua instrução, mesmo a senhora achando que não poderia me ajudar com os estudos, por não ter concluído o ensino fundamental, você me ensinou mais que letras, me ensinou a ter empatia, a olhar com amor as pessoas, a respeitar as individualidades e a entender que podemos construir um mundo melhor. Obrigada pelo sua tudo mãe, essa conquista é nossa!

Painho, às vezes eu não entendia porque quando o senhor se apresentava a alguém, era assim que falava, prazer, meu nome é Ednilton Elioterio, e eu ficava pensando é vem painho... falando o nome todo... Sua sabedoria é ancestral, hoje eu entendo o porquê e tantos outros porquês que motivava o senhor a sonhar junto comigo, você é minha maior inspiração, minha maior referência de vida, meu guia na terra chamado amor, falar de você transborda meu rio em lágrimas e vem tantas lembranças de tantos processos. É painho... A gente tá formando! A ficha ainda não caiu que a gente conseguiu, obrigada por cada noite sem dormir fazendo salgados para vender durante o dia, pelos dias empurrando carrinho de lanche para garantir uma educação melhor pra mim, pelas vezes que precisou se desdobrar em mil para pagar a

mensalidade da escola, por me ajudar a fazer as atividades mesmo cansado depois de um dia inteiro trabalhando, sua história também está aqui nessa monografia, um homem preto invisibilizado por esse sistema racista, desumano e cruel. Sua história agora se faz conhecida na Universidade. Você é o especialista, o mestre, o doutor mesmo sem nunca ter entrado em uma faculdade e a pessoa mais inteligente que eu conheço. Obrigada pelas vezes que usou de todas as estratégias didáticas possíveis para me ensinar matemática, do quadro com giz às tabuadas de encaixar e por ser sempre o meu melhor. Eu consegui porque o senhor acreditou em mim, você é o meu melhor professor, meu melhor amigo, meu mestre, meu doutor Ednilton Elioterio. Te amo, meu amor.

A minha irmã Samara Elioterio, a minha eterna gratidão pela sua existência, você é o meu sonho encarnado, te desejei tanto. Hoje, olho pra você e vejo o futuro. Seus 16 anos parecem 20, você é a frente do seu tempo. Eu ladrilho esse caminho pra que você passe com seus sonhos e inquietudes. Breve será você escrevendo seus agradecimentos. Obrigada por tanto!

Meu irmão Felipe Elioterio, obrigada pela seu viver, você é a composição perfeita e a certeza de que vale a pena lutar, eu te ouço falar de racismo que você percebe nas novelas e em tudo, como eu me sinto orgulhosa de você. Você só tem 13 anos, mas já entende como o sistema é cruel. Sua irmã te ama muito. Você também contribuiu com esse processo sendo inspiração.

Ao meu amor Jonathan Oliveira, mais que namorado você é meu melhor amigo, obrigada por todos esses anos de companheirismo e cumplicidade, por me emprestar seus ouvidos para desabafos sobre mim, faculdade, estágio, e por aí vai, obrigada pelo apoio psicológico nesse “trabalho de parto” em tempos de covid-19, a minha monografilha nasceu linda e parece comigo, obrigada por cada palavra de apoio e pelas suas mensagens afirmando meus valores. Sua paixão pelo SUS me faz apaixonar ainda mais por você, tenho certeza que será um enfermeiro maravilhoso. Obrigada por regar meu jardim com amor. Isso tudo me fortaleceu nesse processo. Te amo.

Minha vó Elza Ferreira (in memoriam), sua história também é uma inspiração, eu não tenho como pensar interseccionalidade, sem pensar na senhora, uma mulher preta que viveu em extrema pobreza, no interior da Bahia, analfabeta, que precisava trabalhar lavando roupa no rio para prover o sustento familiar. Eu te amo pra sempre vó, te carrego em mim. E sinto seu amor e doçura me alcançar. Sua força me dar gás e fôlego para continuar, a gente conseguiu vó, queria que a senhora estivesse aqui, pra gente comemorar e eu te encher de beijo. Mas, comemora daí, vibra daí! O seu amor sempre me encontra.

Ao meu avô José Machado, obrigada pela sua vida, suas mãos ásperas também contam a história de um passado sofrido. Sou a sua segunda neta a formar vó, e vem mais por aí!

Minha vó Brasilina Fernandes (in memoriam) eu queria ter tido tempo de ter te conhecido mais, queria ter te abraçado mais e dito que a senhora era uma preta linda. Obrigada pelo seu cuidado comigo. À senhora minha eterna gratidão.

Meu avô Silvestre Elioterio (in memoriam) minha gratidão também! O senhor nem me conheceu, mas seus pés trilharam caminhos de resistência que me fortalecem no presente.

Minha madrinha Railda Elioterio, obrigada pelas suas vibrações, torcidas, a senhora, painho e mainha, sempre estiveram na primeira fileira da arquibancada gritando meu nome bem alto. Obrigada pelas orações, palavras de fé, carinho e amor. A gente tá formando dinda!

Minha tia Solange Elioterio (in memoriam) eu escrevi essa monografia pensando na senhora, lembrando das vezes que você perdia tudo quando sua casa inundava com os alagamentos da sua rua, a senhora fez do seu sorriso “auto cuidado paliativo”. A senhora se foi, mas deixou um legado de amor, cuidado e sorrisos. Como eu queria que estivesse aqui, você fez sua passagem antes de comemorarmos a tão sonhada formatura. Mas, eu sei que a senhora tá vibrando comigo também. Eu sou parte de você. Obrigada!

As minhas tias e tios da família Elioterio Maria Isabel, Ana Claudia, Renildo, Edvaldo e Robson. Minha eterna gratidão, vocês são a minha referência de amor. As minhas primas e primos o meu super obrigada, vocês também participaram desse processo direta e indiretamente sendo inspiração e referência, Calinca, Josegleide, Juliete, Ivis, Tiago, Gilson, Joildo, Silvestre, Ronald, Everton e meu padrinho Genivaldo, obrigada por tudo.

Minha tia Maria Reis (in memoriam), a senhora também faz parte dessa conquista. Queria tanto que estivéssemos juntas para comemorarmos, eu queria hoje te explicar com carinho que eu não sou “nega do leite”, eu só era conversadeira por que tinha necessidade de falar mesmo. Sua história é um dos motivos das minhas inquietudes. Obrigada pelo aconchego do seu colo e suas histórias que me faziam rir até a barriga doer, esses momentos estão guardados nas minhas lembranças mais lindas. Te amo.

Às minhas tias e tios da família Machado Eliene, Noemia, Edmilza, Lídia, Noilza, Daniel, Raimundo e Amilton meu eterno agradecimento pelas nossas tantas histórias vividas, por vocês acreditarem em mim e por serem fôlego da minha existência, obrigada pelos pensamentos positivos de vocês e todos os cuidados comigo. A gente está formando também, galera!

Às minhas primas da família Machado em especial Ester Gonçalves, Thalia Reis e Heloíne Machado minha eterna gratidão por todas as resenhas, pela amizade, pela parceria desde a infância até aqui e pela injeção de ânimo durante todos esses anos.

Agradeço a vocês mulheres e homens pretos que sentiram e sentem na pele o que é ser preto em Salvador- Bahia – Brasil- Mundo.

Em especial, às mulheres pretas do bairro Massaranduba que direta e indiretamente fizeram parte da minha história, com muito carinho e gratidão às minhas amigas de infância em especial Alana, Michelle, Hannah e Marcele e as suas mães e avós a vocês minha eterna gratidão!

À minha amiga, Marília Gabriele, obrigada por suas palavras de cuidado, esse processo não foi fácil, principalmente quando vi todo mundo adoecendo a minha volta com covid-19, você me ajudou a carregar esse fardo dividindo-o comigo, ajudando aliviar as dores com nossos momentos de gastação e resenha. Obrigada por ter lido e relido minha monografilha e me dado seu parecer, seu olhar foi importante. O tempo de cantar chegou, vamos tomar esse vinho e comemorar!!

Ao meu amigo Renan Benedito, obrigada pelas palavras de sabedoria, pelos seus conselhos, por sua vida ser um exemplo, pela sua amizade, e por ter permitido o uso das suas fotos. Elas abrilhantaram essa construção.

À minha irmã Raira Vieira, como você diz a gente se parece nas inquietudes, obrigada por esses 4 anos e meio, não foram anos fáceis, mas, foram mais leves com você, obrigada pelas vezes que você foi minha companhia nos pontos de ônibus desertos à noite, pelas nossas conversas, pelas nossas risadas, e por tantos momentos de partilha. VOCÊ FORTALECE NA LUTA COMPANHEIRA. O tempo passou rápido nesses últimos anos, e a gente só percebe as nossas mudanças quando paramos para ver as fotos antigas, e eu vejo você comigo em todas as fotos desde o primeiro semestre. Nunca vou esquecer que nos meus piores momentos, você esteve presente segurando firme minhas mãos e é assim que tem sido. Obrigada pelas madrugadas de reflexão. Eu tenho muito orgulho de você, sei que será uma Assistente Social brilhante, obrigada porque mesmo depois de formada, a gente segue a mesma coisa, obrigada pelos abraços, lágrimas, sorrisos, e PDFs que trocamos. Por ter me apresentado sua família, sua vó Alice eu amo como minha, obrigada por me tranquilizar a alma, admito que foram muitas vezes. Você viveu o processo junto comigo, e é a materialização da palavra amizade. Você também me auxiliou nesse “trabalho de parto”, por isso te nomeio madrinha da minha monografilha!!

Minha flor Luma Isabel, obrigada pela sua amizade durante esse processo, pelas diversas risadas, pela sua companhia no WhatsApp me fazendo esquecer desse tempo que atravessamos, obrigada por ser essa mulher preta maravilhosa, neta de Lélia e tão doce, obrigada pelas nossas conversas mais

reflexivas, e pelas suas correções de boa virginiana que é. Eu tenho muito orgulho de ser sua amiga e de ter você na minha rede de apoio. Com você comi acarajé de Val quase toda semana, e de você ouvi os maiores sermões. Você sempre será a rainha do ônibus 1511, obrigada por tudo até aqui, queria ter me aproximado de você ainda no início da graduação, mas as coisas acontecem no tempo que precisa acontecer e o que é pra ser nosso, sempre acha um jeito de nos encontrar. Obrigada amiga, pelos conselhos, pelos desabafos, pelas chacotas e por ser você. Eu tenho certeza que será uma Assistente Social incrível, um alguém que entende que o acolhimento faz toda diferença no atendimento com usuário. Obrigada por você construir esse caminho comigo!

Perla Leite minha amiga, obrigada por ser uma pessoa tão afetuosa, seu afeto materno adoçou os meus dias nesses anos e a sua companhia me fortaleceu, fazendo me sentir segura. Obrigada pelas nossas risadas quando o ônibus descia a ladeira da Av. Contorno, pelos momentos de espera dos nossos ônibus na Calçada à noite, você acolheu meu ser com seu abraço casa em muitos momentos. Sua empatia fez toda a diferença nesse tempo. Eu tenho orgulho da mulher que é. Você é aquele tipo de pessoa, inesquecível. Obrigada por tanto.

À minha amiga Clara Maiana, obrigada pelas infinitas resenhas, elas foram imprescindíveis para aliviar as tensões desse processo, obrigada pelas chamadas de vídeo, pelo apoio, pelas palavras de afirmação sobre mim quando os meus medos, bloqueios e inseguranças me alcançaram, sua mão foi uma das que se mantiveram estendidas a me ajudar no processo de reconexão comigo mesma, obrigada pelas tantas trocas, a gente se fortaleceu e você também faz parte dessa construção. A gente está formando!!

Priscila Cazumbá, minha pri, obrigada por todas as trocas, pelo seu carinho, a sua vida me ensinou que nossos passos podem fazer florescer o caminho que passamos. Sua alma brisa por diversas vezes trouxe serenidade e paz ao meu viver. Obrigada por sua amizade, afeto e vida.

À Geisa Ferreira, obrigada pelo seu apoio, por cada palavra de incentivo, pelos pensamentos positivos e por ter dividido esse processo comigo. Estamos formando juntas!

À Lorena Ingrid, preta gratidão por tudo, você também me ajudou a construir nessa caminhada.

À minha amada Caroline Ramos, obrigada por tanto cuidado, sem você não teria sido possível pensar decolonialidade em uma Instituição Católica, “seus passos vêm de longe”, e sua vida é exemplo de que podemos. Sua alma sol iluminou o meu caminho nesse processo, me aqueceu com suas palavras precisas, com seu olhar, com as chamadas de vídeo mesmo depois de um dia intenso, com as aulas online, e com as advertências com amor. Em você achei muito mais que uma professora. Você fez jus a palavra orientadora, quando você dizia “sua construção está linda”, era como tomar água fresca, depois de muito caminhar. Obrigada por todas as resistências até aqui, eu imagino que não fácil, mas você é a concretude de que nós podemos ser. Você é uma inspiração como mulher preta, de que podemos alcançar espaços de poder e transformar realidades. Você plantou uma sementinha na minha terra vida, de que somos intelectuais e que produzimos conhecimento. Aprendi, e nunca esquecerei. Representatividade importa e você representa muito bem! Obrigada por tudo e por tanto. Te amo. Essa construção é nossa!

À minha eterna professora de documentação Elisangela Santos, obrigada pelo seu comprometimento ético político como Assistente Social e docente, guardo os casos discutidos em sala e cada advertência do que não se fazer em campo com muito afeto, obrigada por ter feito parte do meu processo de formação e ser uma referência viva de profissional da saúde, quando eu crescer quero ser como você. Obrigada por ser tão competente, e por compreender a equidade como um caminho de futuro. Sua escuta sempre é qualitativa e o seu olhar sobre a realidade sempre é carregado de criticidade. A sua vida também representa histórias, Gratidão.

As demais professoras Fátima, Maria Léa, Liane, Ivone, Socorro, Eliana, Gilca, Noilton, minha imensurável gratidão, cada uma de vocês fizeram história na história do Serviço Social e na minha vida como estudante. Obrigada!

À minha para sempre supervisora de campo, Dejanice Pereira da Silva, obrigada pelo exemplo que sua vida é, seu comprometimento com a profissão e tempo de qualidade comigo marcaram positivamente a minha vida, obrigada pelos conselhos, reflexões e momentos de estudo na biblioteca do HSR. No primeiro dia que nos conhecemos você afirmou: “A Massaranduba vai ganhar uma Assistente Social!”. E assim é. Obrigada por tantas contribuições até aqui, eu aprendo muito com você. Te amo.

Thaís Passos, minha super do estágio III da Casa da Providência, pensar em você me remete tantas lembranças boas, obrigada pela receptividade, apoio, construção conjunta, sensibilidade, empatia, e por me orientar diversas vezes. Você também faz parte do meu processo de formação, seu amor pela profissão é uma inspiração. Obrigada por tudo!

Todas/os vocês são a certeza de que já nascemos alguém na vida. Prefiro acreditar que no futuro não nos exterminarão por causa da nossa pele, muito menos por que somos mulheres, que nos oportunizarão espaços de poder e que nós potências que somos, tomaremos o controle desse país.

Gratidão à constelação Dandara, Maria Felipa, Carolina de Jesus, Teresa de Benguela, Ângela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Carla Akotirene, Djamila Ribeiro, Abdias do Nascimento, Silvio Almeida e tantas/os que não tiveram a oportunidade de adentrar o espaço acadêmico, mas que foram doutoras/es do saber resistir.

Para a preta, até amar é difícil.
Por que os mesmos chicotes
Que mutilaram nossos corpos
Feriram também nosso psicológico
O mesmo sistema de opressão
Que colocou as nossas ancestrais na senzala
Fez questão de ensinar que nós
Nunca devemos ser
O substantivo do verbo amar
Preterimento, palavra recente
Mas que já conhecemos desde cedo
Para além dos termos, aí sim
Do preterir a sociedade
Nos faz sujeitos.
Preterimento foi quando você
Quando criança, nunca foi escolhida
Para ser daminha de honra ou coisa assim
Nunca se viu nas estampas dos produtos de bebê
Quando o mundo fez toda questão
De mostrar que o belo estava
Nas crianças brancas, loiras,
de olhos claros e bochechas rosadas.
Você conheceu o preterimento quando
Na sua infância, fizeram chacota do seu cabelo
E te elegeram como a garota mais feia da sala.
Você também entendeu cedo que
O preterimento não está só nas relações amorosas
Mas na amizade também, afinal
A sua dor de mina preta só outra preta que entende bem.
A dor na juventude tão forte fica que
Por diversas vezes, ficar no quarto era mais confortável.
Nessa fase já se soma às marcas

Do preterido as marcas do hipersexualizado.
Na fase adulta, o preterimento aparece
Quando você percebeu que seu corpo
Sempre viveu silenciado
Sendo posta como a última de tudo
Nos bastidores. Quando nem nas novelas
Você era protagonista
E nas relações da vida real
Sempre quiseram te esconder
É aquela famosa história:
"ele até gosta de estar contigo,
mas prefere não te apresentar aos amigos."
Você conhece o preterimento quando
Para que seu grito seja ouvido
Se faz necessário existir um espaço específico
Como esse, criado também por uma mulher preta
Que viveu aprendendo que quase nunca
Somos substantivos do verbo amor.

- Emanuela Barbosa

ELIOTERIO, Verena Machado. **UM OLHAR INTERSECCIONAL SOBRE A SAÚDE DA MULHER NEGRA DO BAIRRO DA MASSARANDUBA.** Orientadora: Caroline Ramos do Carmo.2020.66ffs.Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social. Universidade Católica do Salvador-UCSAL. Salvador,2020.

RESUMO

Esta monografia é fruto das minhas inquietudes enquanto moradora do bairro Massaranduba e estudante de Serviço Social, cujo objetivo, foi compreender a saúde da mulher negra, pobre em território de periferia, a partir do olhar interseccional das categorias raça, gênero, classe e território, e como essas interações reverberam no processo saúde-doença da mulher negra residente do bairro da Massaranduba, este localizado na península de Itapagipe, a partir da concepção decolonial das epistemologias feministas negras, que versam sobre a ótica de que ninguém melhor que nós para descrevermos a realidade em que estamos inseridas, como também do suporte teórico de abordagem marxista dialético para compreender como os determinantes sociais da saúde, estas estruturas históricas e sociais, contribuem para o adoecimento da mulher preta, desde o colonialismo à segregação dos corpos na periferia. Assim, a pesquisa ora apresentada se desdobra a partir do estudo documental, onde busquei através de um caminho retrospecto entender o que é ser mulher preta na sociedade, para entender os efeitos do racismo na contemporaneidade e como este é determinante para o processo saúde-doença da mulher negra moradora do bairro Massaranduba.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Mulher negra. Segregação espacial. Massaranduba. Determinantes Sociais. Saúde-doença.

ELIOTERIO, Verena Machado. **AN INTERSECTIONAL LOOK AT THE HEALTH OF THE BLACK WOMAN FROM THE NEIGHBORHOOD OF MASSARANDUBA**. Advisor: Caroline Ramos do Carmo.2020.66ffs.Completion Course Graduation in Social Work) School of Social Work. Catholic University of Salvador-UCSAL. Salvador, 2020.

ABSTRACT

This course completion work (TCC) comes from my concerns as a resident of the Massaranduba neighborhood and student of Social Work, whose objective was to understand the health of black women, poor in peripheral territory, from the intersectional view of the race categories, gender, class and territory, and how these interactions reverberate in the health-disease process of black women living in the neighborhood of Massaranduba, located in the Itapagipe peninsula, based on the decolonial conception of black feminist epistemologies, which deal with the view that no one better than us, to describe the reality we are inserted in, as well as the theoretical support of a dialectical Marxist approach to understand how the social determinants of health, these historical and social structures, contribute to the illness of black women from colonialism to the segregation of bodies on the periphery. Thus, the research presented here unfolds from the documentary study, where I sought through a retrospective path to understand what it is to be a black woman, to understand the effects of racism in contemporary times and how this is determinant for the health-disease process of women black woman living in Massaranduba.

Keywords: Intersectionality. Black woman. Spatial segregation. Massaranduba. Social Determinants. Health-disease.

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
UFBA	Universidade Federal da Bahia
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
OMS	Organização Mundial da Saúde
CF	Constituição Federal

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Imagem retirada do Instagram do fotógrafo Renan Benedito Conceição (@renanbenedit), acesso 12 de julho de 2020.....	7
Figura 2 Imagem retirada do Instagram do fotógrafo Renan Benedito Conceição (@renanbenedit), acesso 12 de Julho de 2020.....	12
Figura 3 Imagem retirada do Instagram do fotógrafo Renan Benedito Conceição (@renanbenedit), acesso 12 de Julho de 2020.....	14
Figura 4 Imagem retirada do Google Maps – Massaranduba, acesso em 12/07/2020	28
Figura 5 Manchete retirada do Jornal Estado da Bahia de 1911, acesso em 12 de Julho de 2020.....	30
Figura 6 Imagem retirada do Jornal Correio da Bahia de 30/01/2019, fotografia de Marina Silva das/os moradoras/es do Bairro da Massaranduba que tiveram suas casas demolidas, acesso em 18/07/2020	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Quantitativo das/os residentes do bairro Massaranduba por faixa etária, Salvador, 1991, 2000, 2010.	35
Tabela 2 Perfil das/os residentes do bairro Massaranduba acima de 15 anos, por sexo não alfabetizadas/os, Salvador, 1991, 2000, 2010.	38
Tabela 3 Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/outras violências no bairro Massaranduba, notificados pelo ano de ocorrência, Salvador, 2007 - 2019.....	40

1 INTRODUÇÃO

A presente construção monográfica é fruto de inquietações vivenciadas durante minha formação pessoal e acadêmica, fincadas no processo de desenvolvimento individual e coletivo, e tem uma explícita intenção epistemológica, que é compreender como a interseccionalidade, raça/cor, gênero, classe, território, corroboram para o processo de saúde-doença da mulher negra moradora do bairro Massaranduba.

A partir de uma concepção decolonial fundamentada nas epistemologias feministas negras, que fomentam a necessidade de nossas histórias serem contadas por nós. Sobre esta ótica, escrevo com a finalidade de tornar audível, vozes silenciadas pelas estruturas do colonialismo e do saber científico.

Dessa forma, por compreender a necessidade de afirmar nossa própria existência, referencio nesta construção as/os autoras/es negras/os com nome e sobrenome, pois internalizei essa prática a partir, do pensamento da intelectual negra Lélia Gonzalez (2018) e da pensadora contemporânea Luma Isabel Paixão (2019), quando explicitam que se nós, população negra, não afirmarmos nossa existência, o racismo sorrateiramente nos nomeia como lhe convém.

Assim, partindo do entendimento do conhecimento científico, como espaço de poder colonizado pela branquitude, trago as verdades científicas das/os intelectuais negras/os, para amparar epistemologicamente esta pesquisa. Partilhando do pensamento da mestra Caroline Ramos do Carmo (2019), que discursou em um evento que aconteceu na Universidade Católica do Salvador, no dia 21 de março do ano referido, cujo título foi: Formação profissional e produção de conhecimento em Serviço Social na Bahia: trajetórias e contribuições das pesquisadoras negras, a seguinte afirmativa anotada por mim:

A reprodução de que existe um conhecimento verdadeiro, é uma estratégia de opressão e silenciamento, reiterado em pequenas ações, como: “não se escreve em primeira pessoa”, “o rigor acadêmico existe o seu afastamento e, portanto, você precisa descrever em terceira pessoa”. Decolonizar as formulações epistemológicas, supõe também reconstruir fazeres, pensamentos e ações. (CARMO, Caroline, 2019).

Sobre este olhar, resisto a cada linha desta construção, enfrentando os vícios doutrinados da escrita na terceira pessoa, e dos traumas do silenciamento da fala, acessando dores que vem antes mesmo da minha existência, pois escrevo da margem e não do centro. Assim, parafraseando a autora Lélia Gonzalez (1983), “estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, e o lixo vai falar”.

Nesse sentido, realiza-se um recorte sobre as mulheres, moradoras do bairro Massaranduba, local onde nasci e me criei (como se diz por aqui) onde pude constatar que os efeitos do racismo estrutural reverberam-se, nas multifacetadas camadas de opressões que encontram os corpos pretos na contemporaneidade, ressignificadas na marginalização, negação de direitos, e nos efeitos das “máscaras” de silenciamento. Afinal, como indaga a autora Grada Kilomba (2019) “quem pode falar?”. Desta forma, utilizo do meu lugar de fala¹, discorrendo sobre a minha realidade e das mulheres pretas do meu bairro, nas escrevivências² teorizadas nesta pesquisa.

Portanto, saliento que a pesquisa é um desafio pois, parte da baixa construção material sobre a historicidade do bairro Massaranduba, que discuta sobre tal temática, entretanto, reforço a necessidade desta construção, pois ecoa as vozes femininas negras silenciadas pelas estruturas segregacionais, que resistem os tempos e encontram os nossos corpos- territórios na contemporaneidade, sendo assim, entendo esta monografia como indispensável para o fortalecimento dos Direitos Sociais.

Principalmente, neste momento conjuntural que atravessamos, com a atual pandemia mundial do Covid-19, esta, patologia infecciosa respiratória, causada pela infecção do novo SARS-CoV-2, que tem atingido com severidade à população negra em território de periferia.

¹Este conceito é trazido pela filósofa Djamila Ribeiro (2017), no livro “O que é lugar de fala? ” Cujo termo é reflexo de uma construção das epistemologias negras, que aborda que quando falamos, falamos a partir de um lugar da sociedade, “lócus social”, portanto, “pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia. ” (RIBEIRO, 2017)

²Termo utilizado pela autora Conceição Evaristo para caracterizar a escrita que parte das vivências, sejam individuais ou coletivas.

No que tange à pesquisa, em detrimento deste surto pandêmico atual, e das medidas de proteção (isolamento social), adotadas pelo Estado da Bahia e Município de Salvador, justifico a impossibilidade de terem sido realizadas entrevistas, junto às mulheres negras moradoras do bairro, contemplando diferentes faixas etárias, para observar os efeitos estruturais que transversalizam o processo saúde-doença, como gostaria de ter feito. Entendo que por esse caminho, o objeto de estudo seria melhor compreendido, pois seria desdobrado a partir, das percepções e vivências dessas mulheres, portanto precisei reestruturar esta construção, adaptando para o estudo documental.

Desta forma, verso nas linhas deste estudo documental, a gênese colonial como dimensão histórica estruturante do Brasil, fundamentada nas epistemes das autoras Ângela Davis, Bell Hooks, Carla Akotirene, Djamila Ribeiro, Grada Kilomba entre outras, que explicam o processo sócio histórico da sociedade com recorte para raça, gênero, pobreza, como também dos dados da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador para compreendermos, a saúde das mulheres pretas do bairro Massaranduba, trazidos em boletins informativos e Informações de Saúde (Tabnet - Salvador), que contém subsídios importantes com análises objetivas da situação sanitária e epidemiológica do município, inclusive do Distrito Sanitário (Itapagipe) e bairro (Massaranduba), que aqui nos interessa discutir.

Assim, o método adotado foi o marxista dialético, para compreender como as estruturas fundamentadas pelo colonialismo na sociedade brasileira, desencadeou a segregação dos espaços e como essas relações sociais refletem no fenômeno, saúde da mulher negra, em território de periferia na sociedade contemporânea. Como referido inicialmente, reitero que a apropriação do método dialético marxista, contará aqui com o suporte das epistemologias decoloniais, considerando que essas epistemologias possibilitam uma reflexão mais adequada à realidade social das mulheres que residem nas periferias brasileiras e soteropolitanas.

Portanto, a pesquisa ora apresentada é qualitativa de cunho exploratório, e situa-se no campo de saúde, com interfaces em questão racial, gênero, e território, logo apresenta relações entre sociologia, serviço social e políticas

públicas. Tendo como principal sujeito, a mulher negra pobre em território de periferia.

Como identificado através dos dados extraídos pelo IPEA (2017), 51,6% da população do Brasil são mulheres, e destas, 50% são mulheres negras. Assim, percebido que a “pauperização” além de ser reflexo da questão social, está atrelada a determinações de segregação territorial e relaciona-se a questão de raça/cor, gênero e classe.

Como também, elucida os dados bibliográficos, a pobreza estabelecida na cidade de Salvador- Ba, é resultante de um processo de dominação e marginalização dos corpos negros e da desigualdade sócio histórica, portanto compreendo que a pauperização, tem um perfil característico, consubstanciado através do corpo da mulher preta. Nesse sentido, alguns autores tratam, essa temática tentando contemplar a “feminização da pobreza”, pois concentra-se no quantitativo crescente de mulheres pretas abaixo da linha de pobreza.

Deste modo, compreendo que os níveis de saúde e o estilo de vida das mulheres negras, residentes em bairros periféricos, estão diretamente relacionados aos determinantes sociais da saúde.

Sendo assim, de acordo com as análises desses dados, senti a necessidade de trazer na primeira seção do primeiro capítulo, a compreensão interseccional do trinômio raça-gênero-classe, como categorias estruturantes para o processo de formação do Brasil, para identificar como as violências de gênero estruturados no passado colonial, hoje nos atravessam os corpos.

Já, na segunda seção, bebi da fonte do autor Abdias do Nascimento (1980) e outras/os autoras/es para compreender como as segregações impostas pela branquitude colonial no período escravagista, se reverberam na marginalização dos corpos pretos na atualidade das periferias, sendo este aqui entendido, como um território imerso nas condições precárias de existência.

Quanto ao segundo capítulo, está estruturado em duas seções, onde busquei na primeira seção, trazer a compreensão da gênese do bairro Massaranduba, este localizado na cidade baixa, articulando seu processo de

formação com a segregação dos corpos pretos invisibilizados. Pois, a partir de artigos encontrados, pude descobrir que parte do território foi cedido pela Igreja Católica para construção de um cemitério destinado às pessoas escravizadas e indigentes.

De imediato é importante afirmar que a miserabilidade e pobreza são marcas consolidadas no território, desde o período colonial, assim notei que, corpos pretos até mesmo após a morte continuam sendo, corpos marginalizados. Já na segunda e última seção, discorro sobre a saúde da mulher preta do bairro da Massaranduba, partindo da compreensão dos Determinantes Sociais da Saúde, com base nos dados da Secretaria Municipal de Saúde (TABNET) mencionado anteriormente, como também, da narrativa dos fatos e acontecimentos que circundam a realidade das mulheres pretas do bairro.

Portanto, vale ressaltar, que não pretendo esgotar por aqui os estudos sobre tal temática, pois, este estudo é de extrema necessidade para compreensão dos determinantes estruturais que perpassam desde o colonialismo, à contemporaneidade influenciando no modo de vida da mulher negra soteropolitana, moradora do bairro periférico Massaranduba. Assim, fomento a necessidade de novas perspectivas, reflexões e estratégias para romper as barreiras do sistema racista, machista, capitalista que ainda vigora no cenário atual.

2 PRETA, POBRE E PERIFÉRICA – “NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”

“O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra”

- Grada Kilomba

Este capítulo discutirá a influência de elementos interseccionais que aqui são considerados como centrais, para a compreensão da realidade das mulheres pretas, pobres e periféricas, quais sejam: raça, gênero e classe. Importante sinalizar essa questão, pois, compreendo que essas categoriais falam muito sobre a própria formação sócio histórico do Brasil e dos diversos territórios presentes nesse país. Considero assim, tais elementos como determinantes

estruturais atemporais para as diversas violências que atravessam o corpo da mulher preta, pobre e periférica da contemporaneidade.

Para tanto, o capítulo foi organizado em duas seções, na primeira intitulada como “O início do sofrimento permanente”, onde o conceito de colonialismo é trazido para amparar epistemologicamente como a transversalidade das categorias supracitadas, perpassam do período colonial ao cotidiano das mulheres pretas da atualidade, cuja discussão está assentada no racismo estrutural, aqui entendido como determinante para a marginalização territorial/ espacial, racial e sexista, o que resulta na condição de ser mulher preta na sociedade.

A segunda seção foi denominada como: “A segregação do corpo-território: da senzala à periferia”, sendo esta discussão pautada sobre as condições de marginalização territorial das peles pretas no Brasil, desde às senzalas no período colonial, às periferias da contemporaneidade, compreendendo o corpo preto como um território expropriado pela branquitude através das imposições dos espaços determinados para ocupação na sociedade, cuja marginalização é produto das estruturas opressoras que fundamentaram o processo de consolidação do país. Sendo a segregação sócio espacial, resultado da desassistência do Estado as pessoas negras no período pós abolição, como também principal responsável para o “aligeiramento” das mortes das/os pretas/os que vivem em território de periferia, consubstanciado na precarização existencial.

2.1 O INÍCIO DO SOFRIMENTO PERMANENTE

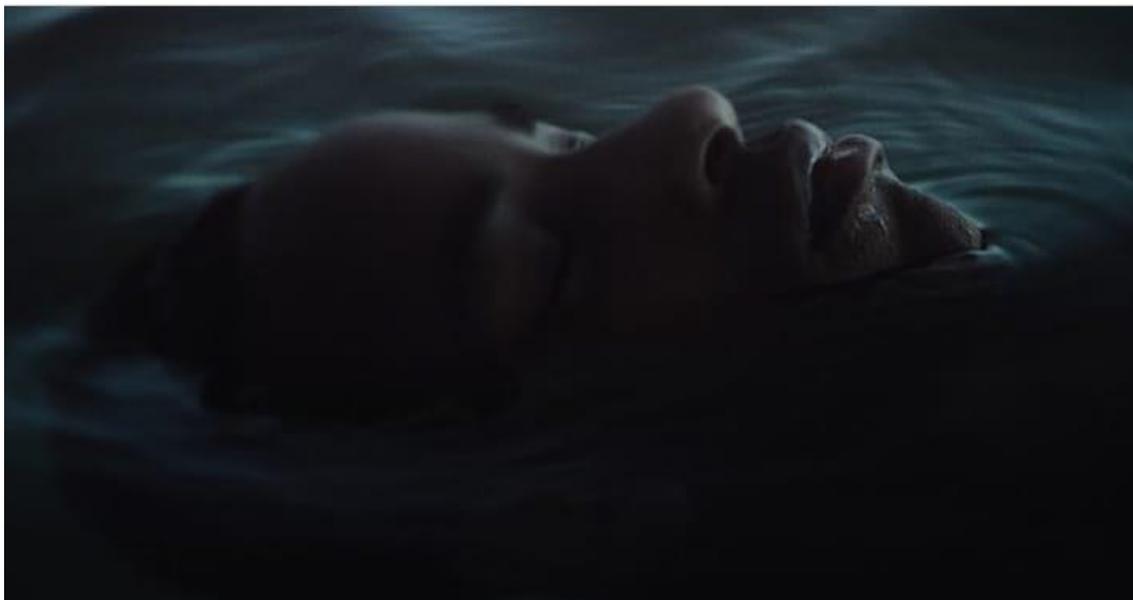


Figura 1. Imagem retirada do Instagram do fotógrafo Renan Benedito Conceição (@renanbenedit). Acesso 12 de Julho de 2020.

Para compreendermos como a sociedade contemporânea estrutura-se, é necessário fazermos uma viagem cronológica sobre a história que fundamentou as feridas incuráveis da sociedade atual. Portanto, vamos apertar os cintos pois, iniciaremos uma viagem à ancestralidade.

O colonialismo é o resultado de uma construção gradual moldada pela branquitude europeia e consubstanciada no formato de homem, a partir do ideário iluminista e dos estudos científicos da elite europeia, que o caracterizou como padrão, sendo o colonialismo pautado sobre a ideia de transformação da sociedade, para levar o modelo de civilização europeia, até as civilizações consideradas como menos evoluídas, a fim de expandir a economia comercial mercantilista, e explorar economicamente o território, que iniciou após a transição do feudalismo para o capitalismo que ocorreram entre os séculos XVI e XVIII.

Neste sentido, os objetivos principais do colonialismo eram a dominação territorial e expansão econômica burguesa, que fundamentava-se no ideário

européu construído ao longo dos tempos, sendo o modelo de homem branco³ caracterizado “como universal”, e a civilização europeia como modelo de civilização.

Como afirmam as autoras Grada Kilomba (2019) e Carla Akotirene (2018) o homem branco europeu, passou a ser símbolo de civilidade, já os outros, foram definidos e conceituados a partir do ideal hegemônico do sujeito branco, condicionando as pessoas com características diferentes, a compreensão de outros, o critério de inferiorização dos povos partiu deste lugar de classificação das raças, por não terem as características físicas e culturais iguais ao padrão estabelecido e por serem o oposto "da norma" (homem branco), e compreendidos, como diferentes.

Dialogando com as autoras, sobre a definição de outros, entende-se que este critério de diferença entre os povos, foi moldado a partir do padrão consubstanciado no homem branco, e formou as civilizações coloniais sobre os critérios comparativos dos fenótipos e pelos aspectos culturais, estendendo tais concepções a sujeição dos outros, sob a norma (homem branco).

É nesse sentido que o autor Silvio Almeida (2018) aborda que:

A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. (ALMEIDA, 2018, p. 23)

Portanto, a partir dos fundamentos teóricos que sustentaram o conhecimento científico, que os critérios de diferença e inferioridade entre as “raças” foram estruturados, definindo-as e caracterizando-as, a partir dos aspectos biológicos e das circunstâncias climáticas, que para os estudiosos da época, poderiam interferir na moral, como também, nas capacidades psicológicas e intelectuais dos sujeitos. Dessa forma, entende-se tais critérios como base para definição racial, construído a partir do modelo de homem

³Vejamos o branco, para além da brancura da pele, como sistema de poder hegemônico, e característico que ocupa lugar de privilégio na sociedade.

considerado como ideal, sendo então projetado a partir deste lugar de branquitude europeia.

Partindo deste pensamento o autor Silvio Almeida (2018) também afirma que os outros, foram substanciados como “infelizes”, “sem história”, “bestiais” e “animais irracionais” pelos estudiosos do período, determinando a ideia de hierarquia racial, pautada no conhecimento científico da filosofia, física, biologia e história da época, no entanto, classificaram esta superioridade do sujeito branco, sobre os demais sujeitos, a partir do modelo de homem construído iniciado no século XV, fundamentando o conceito de raça entre os seres humanos.

Desta forma, entende-se a hierarquia das raças como a representação do modelo construído de homem padrão, acima dos “outros”, pois no que tange esses aspectos apresentados pelos autores supracitados e com base na classificação dos indivíduos, o modelo de homem branco é sinônimo de racionalidade.

Nessa perspectiva o autor Silvio Almeida (2018) também nos ensina, que nesse período as potências da Europa “assumiram o discurso da inferioridade racial dos povos” das Américas, África, Ásia e Oceania, submetendo-os à condição de escravidão essa “outridade” termo utilizado pela autora Grada Kilomba (2019), pautados na perspectiva dessas civilizações serem consideradas como sem história.

Assim, alicerçando as razões para expropriação territorial e populacional, a partir da imposição e opressão do discurso que a elite europeia assumiu, sobre a inferioridade racial. Portanto, atrelando esses discursos cabe-se pensar, que a história do Brasil poderia ter tomado outros rumos, caso não tivesse suas terras invadidas pelos colonos que dizimaram os primeiros habitantes do país.

Pois, esse movimento de caracterização dos seres humanos moldado a partir, do formato de homem branco, resultou no genocídio dos primeiros habitantes do Brasil, identificados pelos portugueses como indígenas, cuja principal causa do quantitativo elevado das mortes, foram as diversas doenças trazidas pela branquitude colonial, um fator também importante foi a insubmissão e resistência dos indígenas à escravidão, que enfraqueceu a produção das

lavouras, pois muitos fugiram das imposições opressoras do sistema escravagista e por conhecerem as terras, melhor que os colonos, não eram encontrados.

É nesse sentido, que o pensamento do autor Silvio Almeida (2018) contribui quando afirma que este fator, foi determinante para a primeira crise do capital, e estopim para a transitoriedade do colonialismo para o neocolonialismo que ocorreu entre os séculos XVIII ao XX.

Portanto no que tange ao neoliberalismo, este conhecido também como imperialismo, foi o cenário político que culminou o sequestro e tráfico de milhares de pessoas do continente africano para trabalharem em condição de escravidão nas plantações que os indígenas já haviam começado a trabalhar como escravos, como explica o autor David Eltis (2016) do portal Geledés:

O tráfico de escravos para o Brasil, que acabou sendo responsável por cerca de quarenta por cento deste comércio, teve início em torno de 1560. O açúcar impulsionou esse tráfico, à medida que os africanos foram substituindo gradualmente a força de trabalho indígena utilizada nos primeiros engenhos de açúcar no período de 1560 a 1620. Quando os holandeses invadiram o Brasil em 1630, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro estavam fornecendo quase todo o açúcar consumido na Europa, e quase todos os escravos que o produziam eram africanos. (GELEDÉS, 2016)

Assim, entende-se que a mercantilização das pessoas negras também serviu como instrumento para manutenção da economia, e sustentava-se nas condições existenciais segregadas, negligenciadas e do trabalho escravo, sendo-os reduzidos pelo sistema escravagista apenas à condição desumana de existência.

Ainda Silvio Almeida (2018) salienta que:

As referências à bestialidade e ferocidade, demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas/ características físicas com animais ou mesmo insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje. (ALMEIDA, 2018, p. 23)

Dialogando com o pensamento de Silvio Almeida (2018), as autoras Carla Akotirene (2018) e Grada Kilomba (2019) também partem desta compreensão,

e afirmam que africanas/os eram reduzidas/os à condição de subsistência e tiveram suas características comparadas como de animais bestiais, e como não humanos, pela branquitude hegemônica do período colonial que determinavam os lugares na sociedade como de subalternidade, inferioridade, e incapacidade intelectual, cujo conceito de homem racional foi consubstanciado na figura de homem branco, através da hierarquização das raças.

A partir deste critério, a hierarquização das raças foi paulatinamente construída e caracterizada pelos aspectos étnicos- culturais e físicos, que como já vimos, os colonizadores definiram como outros, pois eram o oposto da branquitude, portanto, este critério foi pensado e articulado pela elite burguesa, para classificar e subjugar uma raça sobre a outra, como também explicita o professor Kabengele Munanga (2014):

[...] tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2014, p. 5)

Esse foi o discurso que legitimou o sofrimento, e a condição de desumanidade dessas pessoas, e legalidade para crueldade, açoites, estupro, e o genocídio dos povos capturados de diversos países do continente africano. Assim, entende-se que raça e racismo fundamentaram a estrutura de expropriação territorial, econômica, definindo os lugares das pessoas pretas, nas sociedades colonizadas.

Articulando tais compreensões com o que aponta a autora Grada Kilomba (2019) nos ensina como o racismo está fincado e como este está dividido, entendendo esta estrutura a partir de três características, sendo a primeira na definição da diferença, que o sujeito negro é diferente do sujeito branco - o padrão, a segunda são os valores hierárquicos estabelecidos por essa branquitude estes, estigmatizados no corpo preto como exemplo, serem pessoas consideradas como perigosas, exóticas, preguiçosas e incomum, e a terceira

característica - “o poder” histórico, político e econômico, exercido pela “supremacia branca”, sendo materializado nas desigualdades sociais.

Sobre esta condição de subalternidade e inferioridade imposta, que o autor Silvio Almeida (2018) contribui com o pensamento de Grada Kilomba (2019) sobre os estereótipos dados às pessoas pretas durante o período neocolonial e como estes, são alicerces para o racismo estrutural, materializado na contemporaneidade, porém os efeitos do racismo no cotidiano das pessoas pretas, ainda veremos no decorrer deste capítulo. Portanto esta estrutura segregacional dos negros nos países colonizados, foi traçada a partir da objetificação dos corpos de homens, mulheres e crianças africanas, sequestradas durante o neocolonialismo.

Cujos corpos foram apropriados pela elite burguesa e reduzidos à animalidade, submetendo-os à condição de escravidão, exportados e amontoados nos porões das embarcações conhecidas como tumbeiros (que vem de tumba sinônimo de caixão) ou navios negreiros, sendo submetidos ao ambiente insalubre dos navios, que os levavam ao adoecimento gradativo durante a travessia pelo oceano atlântico.

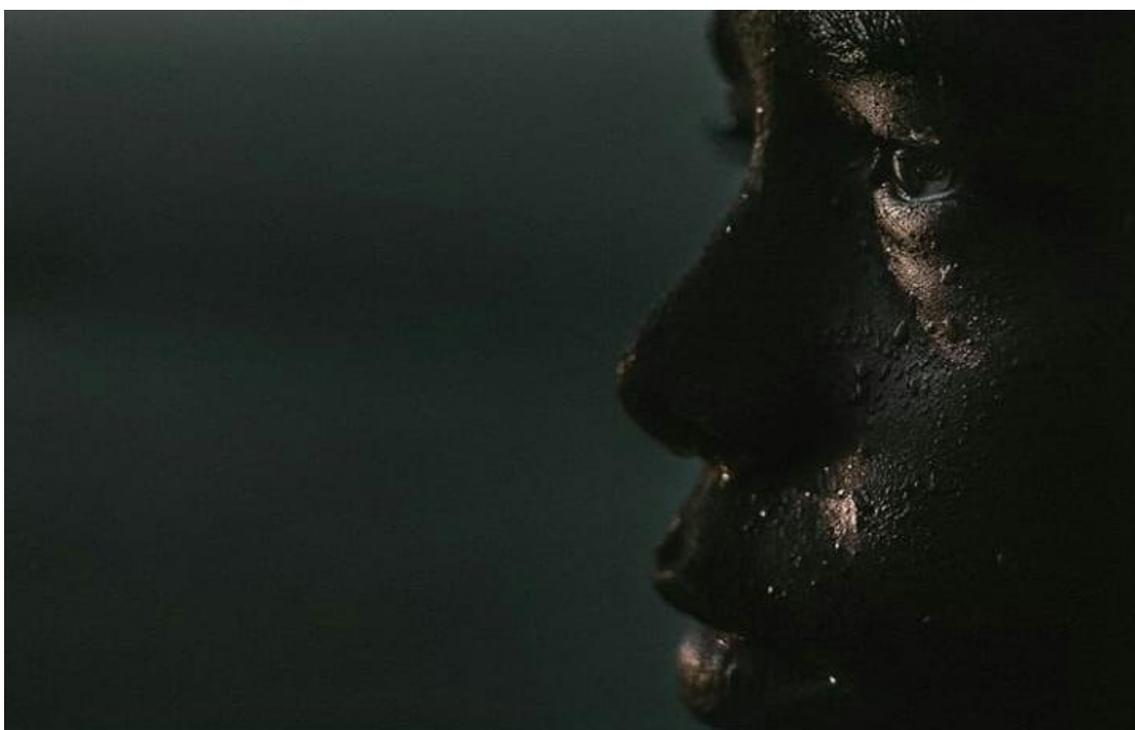


Figura 2. Imagem retirada do Instagram do fotógrafo Renan Benedito Conceição (@renanbenedit). Acesso 12 de Julho de 2020.

Descrevendo sobre esse aspecto a autora Carla Akotirene (2018) também afirma que “no mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismo”. Porque, enquanto nossos ancestrais atravessavam os mares, amarrados por resistirem às condições impostas, os açoites e chicotadas eram usados como instrumentos de repressão, abrindo feridas que nunca foram saradas, obrigando- as/os ao silenciamento das dores para que então pudessem viver.

A sordidez do ambiente nos navios negreiros era tamanha que muitos escravos sucumbiram na própria viagem. Eram porões úmidos, amontoados de negros, uns por cima dos outros, com péssimas condições higiênicas, sem espaço para a latrina, em viagens que duravam meses, constituindo um ambiente propício para a proliferação de doenças. Recebiam uma ração alimentar escassa a base de feijão, milho e farinha de mandioca, que muitas vezes estavam deteriorados. (COSTA, Ana, 1989)

Sobre essa não escolha imposta, que a autora Ana Lourdes Costa (1989) descreve as travessias pelo atlântico à cidade de Salvador- BA, como viagens torturantes e extremamente insalubres, evidenciando a morte de muitas mulheres e homens africanos/as por adoecimento.

Sendo que por resistirem à expropriação dos seus corpos, muitos preferiram a morte que a subalternidade, porém todas/os estavam de alguma forma adoecidas/os, no que tange aos aspectos bio-psico-social-espiritual, hoje entendidos no modelo de saúde ampliada, entretanto uma das doenças que culminou à morte de várias/os africanas/os durante a travessia em alto mar, foi o banzo, doença denominada como uma tristeza de alma, e causada pela saudade desenfreada dos braços e abraços dos seus pares que ficaram nos seus países de origem do continente africano, eram familiares, amigas/os, parceiros/as.

É sobre essa saudade sentida, que o poeta João da Cruz e Souza (1990) nas linhas do poema “tristeza do infinito”, descreve essa dor como a “Tristeza de outros espaços, de outros céus, de outras esferas, de outros límpidos abraços, de outras castas primaveras. ”

Sobre essa dor saudosa de África, completando a fala do poeta João da Cruz e Souza, que o autor Davi Nunes (2018) escreve ao Portal Geledés, a seguinte afirmativa:

O banzo, assim, é fim para o começo, embate mentalista introspectivo que move o mutuê, a cabeça, para uma dignidade existencial que se estende além da vida – a ancestralidade. Por isso é força angustiante, uma instância desesperadora, uma dor insubmissa às opressões. (GELEDÉS, 2018)

Tais falas dos autores se complementam, no que significa pensar que, para além do entendimento de banzo como uma doença de alma, ou uma tristeza melancólica desenfreada, se materializava nos corpos físicos como movimento de resistência ancestral, de transcender deste plano para outro, como uma forma de refugiar-se em um universo paralelo, onde haveria alívio, descanso e liberdade, “sendo o fim para o começo”, e a morte como resistência à subalternidade.

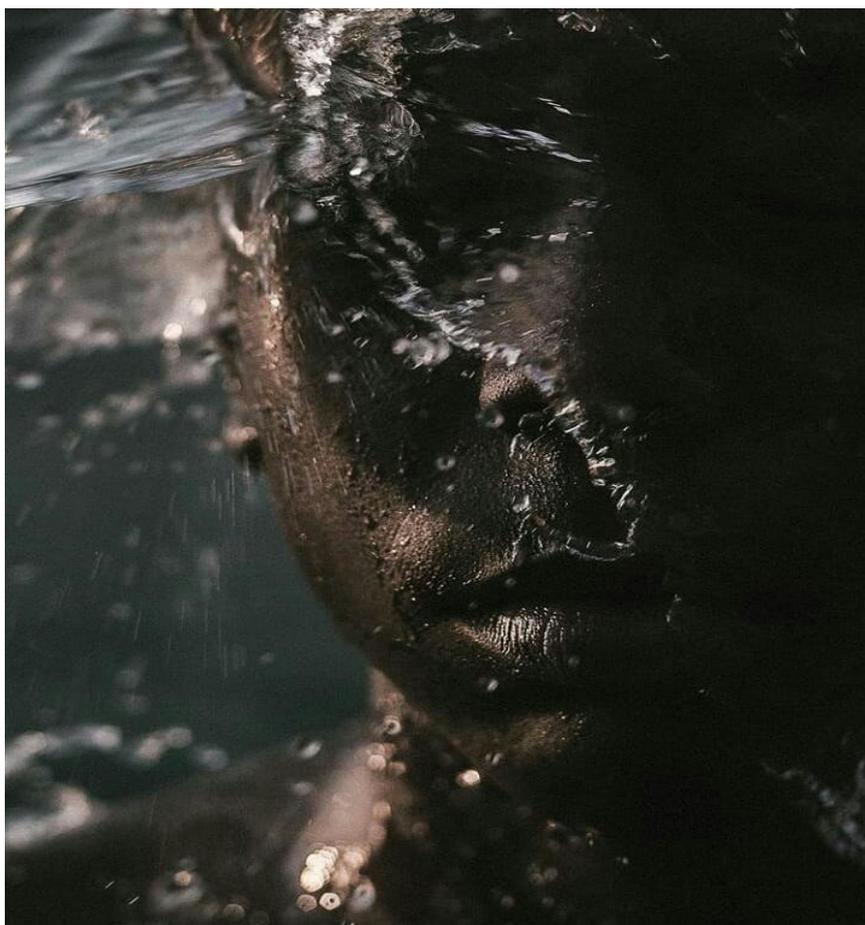


Figura 3. Imagem retirada do Instagram do fotógrafo Renan Benedito Conceição (@renanbenedit). Acesso 12 de Julho de 2020.

Sobre esse período de travessia ancestral pelo mar atlântico, a autora Raira Vieira (2019), também reforça que:

Nos navios os colonos tinham interesse de separar as pessoas da mesma tribo, misturavam pessoas de diferentes territórios e dialetos com intuito de segregar e romper os vínculos familiares, relacionais, sociais, territoriais, culturais, que afetaria no processo de identidade da população negra no Brasil posteriormente, dificilmente as famílias ou tribos se reencontravam. Uma das marcas dos sequestradores eram os cortes de cabelos com a tentativa de apagar a identidade das pessoas e suas origens, transformando-os em simplesmente mercadoria de exportação. (VIEIRA, Raira, 2019)

Portanto, com base nas falas da autora, percebe-se como a segregação é uma estratégia da branquitude, para enfraquecimento dos povos, na desapropriação das identidades, histórico cultural e social, pois para além de separarem as pessoas da mesma tribo, uniformizavam os cortes de cabelo, a partir do critério de comercialização mercantil, tornando-se todos mercadoria da África, definindo todos como advindos do mesmo lugar. Ainda na atualidade se reproduzem esses pensamentos, no que tange a origem dos negros vindo da África, como único país, tais ideias são heranças desse processo, que se dissipam na sociedade.

Dialogando com a autora Raira Vieira (2019), sobre as violências que acometiam essas pessoas, o autor Leandro Carvalho (2012), que escreve ao portal Geledés, também afirma que quando os tumbeiros (navios negreiros), chegavam aos portos, as/os africanas/os eram marcadas/os a ferro quente para identificação dessas pessoas pelos "proprietários" a quem pertenciam, vendidas/os como mercadorias e condicionadas/os à apropriação dos seus corpos, submetendo-as/os à servidão do trabalho escravo dos que se denominavam seus "senhores" e os preços eram categorizados à partir das condições físicas, pela faixa etária e sobre o quanto se poderia lucrar, na compra dessas pessoas.

Aqui entende-se que, todas as violências e opressões eram "legítimas" a partir da compra das pessoas negras objetificadas/ coisificadas, tanto pelos homens, quanto pelas mulheres brancas, os quais definiam e atribuíam os espaços segregados para ocupação das pessoas pretas. Todavia, as torturas

impostas e as violências que atravessavam os corpos pretos inferiorizados, eram mecanismos de opressão estrutural que utilizava-se da desumanização das pessoas, para expropriação da força de trabalho.

Para isso, precisava-se silenciar/calar a boca dessas pessoas, é nesse sentido, que a filósofa Djamila Ribeiro (2017) afirma que, “a boca era um lugar tanto para impor silêncio como para praticar tortura”, dialogando com a autora no que tange a este aspecto, a autora Grada Kilomba (2019) recorda à memória ancestral de uma mulher negra submetida à condição de escravidão, chamada Anastácia, vítima das perversidades do neocolonialismo, que foi condicionada a usar a máscara facial de repressão, para garantir o seu silêncio e para evitar que comece algo das plantações, pois não tinha direito de comer o que se produzia, pois, não a pertenceria.

A autora também afirma que a utilização dessas máscaras era uma prática comum de tortura as/os escravizadas/os e durou mais de 300 anos, como símbolo que determinava quem poderia falar, indagando a seguinte questão: “o que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não estivesse sua boca “tapada”?

Intercruzando os pensamentos de Kilomba (2019) com o da filósofa e pensadora Djamila Ribeiro (2017) autora que cunhou o termo “lugar de fala” pode se responder tal indagação proposta, pois o termo parte do critério de que todas as pessoas possuem lugar de fala, e este lugar é determinado pela posição que esta pessoa/sujeito ocupa na sociedade, ou seja, se esse sujeito negro que estava condicionado ao silenciamento, não estivesse com a sua boca obrigatoriamente “tapada”, falaria a partir do seu lugar de fala.

O “tapar” a boca, revela muito sobre os abusos do neocolonialismo, das opressões sofridas e do seu sofrimento experienciado no seu corpo e pele, e sobre o que se via e entendia, pois a boca nos propicia a fala, e a fala nos permite expressar nossas opiniões, sentimentos e desejos.

Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca, instalado entre a língua e o maxilar, fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma entorno do queixo e outra no entorno do nariz. (KILOMBA, 2019)

Como vimos até aqui, muitas eram as opressões e abusos que circundavam a realidade das pessoas pretas que eram condicionadas ao sistema escravista durante o período neocolonial, no entanto, essa realidade de sofrimento entre homens e mulheres se diferenciavam pois, quando comparadas aos homens negros, percebe-se que estas sofriam opressões distintas, que para além de serem submetidas à condição de precariedade existencial e condicionadas a produzirem nas lavouras economicamente iguais aos homens, as mulheres eram submetidas a divisão sexual do trabalho aos espaços restringidos à cozinha e tarefas domésticas, a fim de servirem a branquitude colonial. Então, para além de opressão racial, também identifica-se neste período, opressões de gênero.

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (DAVIS, 1994, p. 26)

As opressões e violências ultrapassavam as condições desumanizadas dos trabalhos escravizados de africanas e diaspóricas e alcançavam os corpos das mulheres pretas pois, não se reconheciam a feminilidade dessas mulheres.

É nesse sentido, que a autora bell hooks (1981) também afirma que:

A escrava negra viveu em constante consciência da sua vulnerabilidade sexual perpétuo receio que algum homem branco ou negro, tivesse o direito sobre ela de lhe assaltar e vitimizar. (hooks, 1981)

Assim, essa subalternização obrigatória, condicionou as mulheres pretas a apropriação dos seus corpos, como forma de opressão e afirmação do quanto eram vulneráveis e dependentes, onde todas opressões e violências sexuais que acometiam as mulheres pretas em condição de escravidão eram legitimadas.

Nessa perspectiva, em diálogo com as autoras bell hooks (1981) e Ângela Davis (1994) percebe-se que os estupros, para além de serem vistos como uma prática para satisfação sexual dos “proprietários” das pessoas escravizadas, era uma forma de usar da força viril masculina para violá-las, sujeitando-as à

condição de miserabilidade para pagamento das dívidas de “estadia” e alimentação com o próprio corpo para desmoralizá-las, portanto aqui se vê, que não era apenas a sujeição de uma raça sobre a outra como vimos anteriormente, tão pouco separadamente a questão da dominação de uma classe sobre a outra, mas a condicionalidade de ser mulher preta trabalhadora no contexto escravista, em uma sociedade machista, racista e classista.

Concomitantemente, na medida que as violências sexuais aconteciam, eram forçadas a servirem de concubinas dos maridos das mulheres brancas e quando essas esposas brancas descobriam essas relações, as submetiam a diversas torturas, como a mutilação dos seus mamilos ou parte dos seus corpos, como castigo, e as chamavam de “Jezabeis” as culpabilizando por seduzirem seus maridos.

As punições geralmente serviam, para humilhá-las e como castigo as mandavam despir, autorizando que fossem amarradas e à agredissem com chicotadas durante dias, expondo-as como forma de aterrorizá-las e desumanizá-las.

Contudo, para além da hierarquia racial, a hierarquização do gênero foi determinante para a estruturar a divisão sexual do trabalho, pois as mulheres pretas nunca poderiam assumir algum tipo de liderança ou cargo de confiança como exemplo “capitães do mato” ou capatazes, nunca se ouviu falar em nenhuma mulher que assumiu tal postura, como alguns homens conseguiam.

Os lugares das mulheres pretas estavam sempre relacionados à subalternidade abaixo a condição de existência dos homens pretos, pois apesar de não se reconhecerem essa feminilidade, haviam lugares determinados para elas como de coser, lavar, limpar, costurar e parir, além de trabalharem nas plantações, iguais ou mais que homens negros, eram consideradas como atividades complementares ao seu papel de mulheres.

Como afirma a autora bell hooks (1981) em algumas plantações de algodão as mulheres eram a maioria ou as únicas que trabalhavam no plantio, pois os proprietários colonos, diziam que as suas mãos e dedos eram mais delicadas e o resultado do trabalho, era melhor que o dos homens, porém nunca foram reconhecidas no que tange esses aspectos, pelo contrário, as opressões

impostas eram igual ou piores quando comparamos com as que os homens sofriam.

Além das sujeições no trabalho expropriado, havia apropriação do corpo da mulher preta, como objeto reprodutor estratégico para manutenção do capital, pois as mulheres negras eram obrigatoriamente “engravidadas”, ou seja, para além do trabalho braçal, usava-se do trabalho de parto, para fins lucrativos.

Sobre este aspecto, a autora Ângela Davis (1994) afirma que, as mulheres grávidas, eram condicionadas a trabalharem durante toda a gestação, sendo as gestantes e puérperas desumanamente exploradas pela reprodução biológica, até que não fossem humanamente capazes de reproduzirem, e quando as crianças nasciam, as mães eram obrigadas a trabalharem nas lavouras com as mamas cheias de leite, debaixo do sol com muitas dores, já outras preferiam ficar com seus bebês presos às suas costas do que deixarem seus filhos.

Muitas mães eram forçadas a deixar os bebês deitados no chão perto da área em que trabalhavam, outras recusavam-se a deixá-los sozinhos e tentavam trabalhar normalmente com eles presos às costas. (DAVIS, 1994)

A autora (1994, p.28) também contribui para essa construção, quando salienta que “os proprietários valorizavam uma criança escrava nascida com vida do mesmo modo que valorizavam bezerros ou potros recém-nascidos”. Desta forma, dialogando com a pensadora, compreende-se que as crianças eram consideradas como mão-de-obra escrava, pois garantiria maior número de escravizados, e conseqüentemente maior riqueza para os proprietários, pois, quando tornavam-se em idade ideal para produção, eram vendidos como mercadorias.

Outra forma opressora desse sistema escravagista sobre a realidade das mulheres pretas, era a obrigatoriedade das puérperas, de deixarem de tecer cuidados aos seus filhos recém-nascidos, para amamentarem e cuidarem dos filhos das mulheres brancas, sendo obrigadas a não acompanhar o crescimento dos seus filhos, para estenderem cuidados apenas aos filhos das/os sujeitas/os brancas/os em suas casas, sendo seus lugares limitados às determinações da elite.

Sobre este olhar, compreende-se que a questão raça-gênero- classe são intensificadas no corpo e alma da mulher preta, pela rejeição e definição do seu não lugar na sociedade, por não ter o padrão estabelecido como normativo aceitável, definido pelo colonialismo, sendo mulheres invisibilizadas pela branquitude heteropatriarcal e condicionadas ao cuidado do outro e nunca de si.

É nesse sentido que, partindo das suas vivências, que Sojourner Truth (1851) uma mulher que viveu em condição de escravidão, discursou na Convenção dos Direitos da mulher em Akron, Ohio, sobre a condição de ser uma mulher preta, explicitando as diversas opressões vividas, e o quanto sua feminilidade era ignorada.

Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851)

Em 1851 Sojourner, questionava os porquês de não ser enxergada como uma mulher, e sobre os estereótipos de inferioridade que a cercava, pois sempre esteve em posição de invisibilidade social, mesmo cumprindo todas as sujeições opressoras impostas pela branquitude colonial, de modo que as diversas violências a encontravam, condicionando seu corpo ao sofrimento. Porém, o movimento feminista hegemônico, naquele momento não dialogava sobre e nem com a mesma (e tantas outras).

É nesse sentido que a autora Kimberlé Crenshaw (1989), conceituou esse conjunto de articulações opressoras como interseccionalidade, pensando na inseparabilidade da raça das demais opressões atemporais que atravessam os corpos pretos. Portanto, no que refere-se a este sofrimento percebe-se que as relações opressoras transversalizavam as peles e almas das mulheres pretas, nas violências que se materializavam a partir das estruturas consolidadas na sociedade pelas opressões inter cruzadas e potencializadas.

2.2 A SEGREGAÇÃO DO CORPO-TERRITÓRIO: DA SENZALA À PERIFERIA

“Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível”

Djamila Ribeiro

Imagino que a leitura da seção anterior tenha lhe causado desconforto e provavelmente tenha destravado alguns gatilhos psicológicos, pois isso aconteceu comigo, já que as memórias traumáticas do nosso passado ancestral, atravessaram os tempos e hoje permanecem atingindo os corpos pretos na contemporaneidade e nos encontram de alguma forma.

Contudo, é necessário seguirmos um pouco mais, para compreendermos como as estruturas racistas fundamentaram as disparidades sociais alocadas à condição de subsistência e de marginalização sócio espacial dos corpos pretos segregados ontem nas senzalas, hoje nas periferias. Pois, ainda é possível percebermos na sociedade que conhecemos, algumas características que nos remetem ao passado colonial, este jamais esquecido das nossas memórias.

A rota obrigatória traçada pela branquitude europeia, resultou na segregação dos espaços em diversos países colonizados, todavia o Brasil diferentemente dos outros para além da segregação, escreveu a história de uma sociedade empobrecida e economicamente explorada, sendo este, o último país a abolir o trabalho das/os africanas/os e diásporas escravizadas/os, por resistência da branquitude colonial em tornar “livre” o que não era seu.

É sobre a abolição do trabalho escravo, que o autor Abdias do Nascimento (1980) contribui conosco, para a compreensão sobre o cenário que culminou na tal “liberdade”, e diferentemente do que se contam sobre a história de uma princesa como salvadora da pátria, o autor nos revela a verdade ocultada da nossa construção intelectual, trazendo a luz, as muitas resistências das/os nossas/os que protagonizaram as lutas e entraves para o fim do sistema escravagista de opressões e imposições, com movimentos estrategicamente organizados de fuga, e aquilombamento como fortalecimento unificado para o “fim” da expropriação dos corpos sujeitados a servidão obrigatória.

No que tange ao aspecto abolição, o autor retrata uma tristeza desmedida depois da tão sonhada liberdade, porque se estavam livres mas, para onde

iriam? Não havia dinheiro, não se tinha comida, nem abrigo, tão pouco havia esperança de futuro, pois foram deixados à própria sorte.

Que sentido teria, para os africanos e seus descendentes, aquele simulacro de libertação? Eles já tinham experiência desse tipo de fraude; antes de 1888, os chamados africanos "livres", isto é, os doentes, aleijados, idosos, os imprestáveis pelo esgotamento pelo trabalho intensivo, eram compulsoriamente "libertos". Na prática significava que os senhores se auto libertavam, de qualquer tipo de ajuda aos livres, abandonando-os impiedosamente à morte lenta pela fome e enfermidades tanto no campo como na cidade. Seguindo idêntica lógica, a "abolição" significou o mesmo tratamento, só que agora aplicado em massa: os africanos ex-escravos e seus descendentes, algumas centenas de milhares, se viram atirados a uma "liberdade" que lhes negava emprego, salário, moradia, alimento, roupa, assistência médica e o mínimo apoio material. (NASCIMENTO, 1980)

Não poderiam desfrutar da liberdade como antes em África perto dos seus familiares, porque muitas/os foram nascidas/os aqui no Brasil e a escravidão era tudo o que se conheciam, portanto houveram mulheres e homens que jamais sentiram o prazer da liberdade de "serem donas/os de si mesmas/os", pois nasceram e morreram em condição de escravidão.

É nesse sentido que a autora Ingrid Carvalho (2020) afirma que:

As desigualdades sociais eram marcadas pela posição em que o sujeito ocupava na sociedade, sendo a diferença de classe o que os separava como "senhores e escravos, brancos e negros, ricos e pobres" e que perduram até os dias atuais. Neste contexto, Salvador tinha um contingente populacional de negros africanos, ex-escravizados e seus descendentes, que sobreviviam através de trabalhos esporádicos nas ruas, em condições extremamente adversas onde os senhores, brancos e ricos os marginalizavam. (CARVALHO, 2020)

Sobre este aspecto, as condições de vida das pessoas ex-escravizadas na cidade de Salvador –BA, após a legitimação da abolição, formou um cenário de extrema pobreza e vulnerabilidade social, que por conta do racismo estrutural e da condição de "o outro", estas/es não conseguiram emprego de imediato, e tiveram seus corpos impulsionados à marginalização e a situação de rua, portanto como estratégia de sobrevivência tornaram-se quituteiras, pedintes de esmolas nas ruas da cidade ou submetidas à prostituição.

Ainda sobre essa questão de sobrevivência no pós-abolição, que a revista África e Africanidades (2008), explicita que as mulheres pretas, tiveram mais

facilidade para o trabalho doméstico, pois estas já desempenhavam as funções de administração dos trabalhos nas casas grandes.

Já os homens pretos, tiveram mais dificuldades de se inserirem no universo do mercado de trabalho, pois, por conta da estratégia de abertura dos portões do país aos emigrantes para embranquecimento da população, as oportunidades eram estendidas aos brancos/as.

Reverberando-se na responsabilidade da mulher preta para garantia do sustento familiar, desta forma muitos homens passaram a ser dependentes absolutos do trabalho das mulheres pretas, sendo algumas condicionadas a iniciarem as atividades domésticas ainda durante a infância, portanto não conseguindo se desvencilhar dos trabalhos domésticos quando atingiam a idade adulta, pois por conta da idade e da não opção de emprego, nunca paravam de trabalhar.

O pensamento interseccional explicou a matriz de opressão cisheterossexista, etária, divisora sexual do trabalho, segundo a qual na minha tradução: as mulheres negras eram trabalhadoras nas casas das “mulheres brancas instruídas”, chegavam em casa e tinham o dinheiro tomado por “maridos ociosos”, bastante ofendidos porque não havia “comida pronta dentro de casa”. (AKOTIRENE, 2018)

Portanto, articulando tais ideias com o pensamento da autora Carla Akotirene (2018), podemos compreender como a intersecção das opressões, aparecem, sendo determinante para o questionamento cotidiano da competência das mulheres pretas, implicando nas maiores dificuldades de acesso aos espaços determinados e ocupados pela branquitude, impedindo a movimentação das mulheres pretas, para outros espaços além das cozinhas, de cuidadoras, costureiras e etc.

Desta forma a autora Ângela Davis (1994) nos ensina que:

Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. (DAVIS, 1994)

Essa questão de determinação espacial, atravessou os tempos e resiste na sociedade contemporânea, na marginalização das/os sujeitas/os pretas/os, nos espaços de desprestígio de trabalho, pois como já vimos, uma das válvulas

de escape de subsistência no período pós abolição para as mulheres pretas, foi o trabalho doméstico. Nesses espaços as ex-escravizadas desempenhavam funções de cuidadora, lavadeira, arrumadeira, cozinheira, costureira, dentre outras atividades em troca de comida, abrigo e uma quantia em dinheiro que as/os empregadoras/es brancas/os lhes pagavam quando quisessem, sendo seus espaços restritos ao desempenho das atividades.

Sobre essa questão de disparidade entre as raças, e segregação dos espaços ocupados, é que Grada Kilomba (2019) descreve como uma “fronteira entre dois mundos”, como dois pólos intransitáveis.

A divisão geográfica resultante dessa coreografia racista pode ser vista como uma fronteira ou membrana entre o mundo das/os “superiores” e o mundo das/os “inferiores”, entre o “aceitável” e o “inaceitável”, entre as/os “boas/bons” e as/os “más/maus”, entre “Nós” e as/os “Outras/os”, evitando a contaminação das/os primeiras/os pelas/os segundas/os. (KILOMBA, 2019)

Portanto, compreende-se que as desigualdades dos espaços e territórios são condicionalidades para subsistência da população negra desde o período colonial, que iniciou-se nas terríveis travessias insalubres, perpassou pelas condições precárias de manutenção da vida nas senzalas, e atravessou os tempos depois da abolição.

Será a partir de outro ângulo sobre a questão territorial, que os geógrafos Milton Santos (2012) e Mondardo (2009) trazem a compreensão, sobre nossos corpos como territórios, este entendido, como o primeiro que conhecemos e pertencemos, onde as relações sociais, territoriais e culturais se formam e se sustentam a partir desta percepção de espaço.

É nesta perspectiva, que a geógrafa Thaís Santos (2018) também versa sobre o olhar da “territorialidade dos corpos femininos negros” e afirma que a “desterritorialização” dos corpos das mulheres pretas, parte da desapropriação deste corpo-território, pois subentende-se que este pertence a quem nele habita, de forma que a apropriação dos “corpos- individuais” se manifesta hoje, através da interferência do Estado sobre este corpo, que nos mantém sob segregação e subjugação.

Sendo as relações de poder determinante para a invisibilidade dos “nossos corpos” que ainda hoje, se mantém presente por meio das estruturas do

passado que foram institucionalizadas na sociedade, pois o corpo-território feminino é controlado através das determinações nos espaços ditos como nossos, onde nos retiram o direito de escolha, do corpo em que habitamos nos imobilizando nos espaços determinados.

Desta forma o autor Silvio Almeida (2018) também explicita que “o racismo exerce um papel central” para a segregação, marginalização, invisibilidade e apropriação dos nossos corpos. Através do biopoder nos desapropriam do controle das nossas próprias vidas, e por meio do determinismo histórico nos roubam oportunidades, nos induzindo inconscientemente a acreditar, que sempre viveremos condicionadas/os a segregação da nossa existência.

As chicotadas do período escravagista, hoje nos ferem os corpos pelas negações e inacessibilidade dos direitos básicos, e se manifestam nas condições precárias de existência, pois como nas senzalas e no pós-abolição, ainda nos faltam alimentação saudável, moradias dignas, saneamento básico, infraestrutura, educação de qualidade, e condições de saúde, assim tudo à nossa volta corrobora para o adoecimento, dessa população.

Quando observamos as condições existenciais das senzalas, é possível percebermos algumas semelhanças com a atualidade pois, o distanciamento territorial era projetado pela branquitude para controle dos corpos pretos e separação dos sujeitos/as brancos/as e negros/as.

No entanto, as senzalas ficavam distantes das casas-grandes, e enquanto a elite burguesa dormia o sono tranquilo “dos justos” desfrutando dos espaços e fartura das suas casas, a realidade diferencia-se a “outridade”, pois as pessoas pretas dormiam nas senzalas, exceto as/os escravizadas/os domésticas/os, dividindo os poucos espaços durante a noite, sendo este, o único momento que poderiam descansar depois das longas horas de trabalho.

Também conhecido como barracões, as senzalas abrigavam as pessoas condicionadas à escravidão em situações precárias de existência pois, os locais eram de extrema insalubridade o que corroborava para proliferação de doenças.

Como nos explicita a autora Ana Lourdes Costa (1989) em sua Dissertação de Mestrado, sobre as condições de moradias dos escravizados no

século XIX em Salvador- BA, essas condições de subsistência não eram diferentes no que tange a realidade das/os escravizadas/os domésticas/os.

As condições de higiene e salubridade das moradias dos escravos eram geralmente precárias tanto para aqueles que moravam longe de seu senhor, quanto para os que viviam nas residências destes, pois os espaços que aí lhes eram destinados eram sempre os piores da casa, como os porões, subsolos, sótãos, etc. (COSTA, 1989)

Sobre esta ótica a autora Grada Kilomba (2019),

Áreas negras segregadas representam lugares com os quais pessoas brancas não se importam, ou não ousam ir, e dos quais mantêm uma distância corpórea específica. (KILOMBA, 2019)

Portanto, articulando tais pensamentos entende-se que a segregação racial e sócio- espacial é reflexo das imposições estruturais, de controle dos corpos pretos pela apropriação dos corpos-territórios, mantidos marginalizados aos espaços determinados, como estratégia da branquitude de manter as/os sujeitas/os segregadas/os em situação de desassistência.

Dialogando com Grada Kilomba (2019), o autor Silvio Almeida (2018) nos explica que “a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também como a exposição ao risco da morte”, portanto, as condições de existência corroboram para não existência das pessoas pretas, submetidas a situação de vulnerabilidade e invisibilidade social.

Nesse sentido, foi necessário revisitar o passado colonial para compreendermos como a hierarquização das raças e as violências de gênero, moldaram a sociedade brasileira e a cidade de Salvador- BA que hoje conhecemos e, como as reproduções interseccionais nos atravessam os corpos e almas todos os dias pelo racismo- machismo- classismo, institucionalizado, nas estruturas da sociedade moderna.

Portanto, as reproduções da divisão sexual e racial do trabalho nos espaços de desprestígio ainda nos aprisionam pelas correntes do passado escravista, nos “desterritorializando” através da expropriação dos nossos corpos-territórios femininos pretos, este objetificado, hipersexualizado e reprimido, como vimos com as nossas ancestrais.

As máscaras que silenciavam Anastácia, hoje nos silenciam de forma camuflada pela negação e não pertencimento aos espaços definidos para

ocupação da branquitude, como barreiras segregacionais que dividem os “mundos”, através das determinações sócio espaciais, reverberadas nas condições de vidas e direitos negligenciados nas periferias, ou seja, imposições e reproduções das senzalas.

Sendo assim, entendo que as determinações históricas para disparidade racial e empobrecimento da população brasileira e soteropolitana é reflexo do histórico de desassistência, presente tanto no período escravagista como também, após o processo de abolição, cuja negligência do Estado, aos corpos e a não inclusão à cidadania reverberam-se na contemporaneidade.

Tais reproduções são perceptíveis por exemplo, na precarização dos direitos que garantam o mínimo para existência digna, no genocídio da população negra, na ocupação dos postos de trabalho, na visibilidade positiva no cenário político, entre outros, pois apesar dos tempos, é possível percebermos as cadeias do escravismo aprisionar, silenciar, violentar e matar todos os dias os corpos pretos que hoje ocupam os espaços segregados nas periferias.

Sobre este olhar, partiremos para o próximo capítulo, em busca da compreensão do processo de formação do bairro periférico Massaranduba, situado na cidade baixa, para identificarmos como a interseccionalidade estrutural, atravessa na contemporaneidade os corpos pretos femininos do bairro, e como os determinantes sociais da saúde contribuem para o adoecimento.

3 DE ONDE EU FALO? DO BAIRRO DA MASSARANDUBA



Figura 4. Imagem retirada do Google Maps – Massaranduba. Acesso em 12/07/2020.

Este capítulo busca compreender como o processo de formação do bairro Massaranduba está atrelado a segregação dos corpos pretos à marginalização na cidade de Salvador- BA, entendendo as categorias interseccionais como centrais para o adoecimento da mulher preta moradora do bairro Massaranduba, desde os tempos de formação à contemporaneidade, a partir do olhar sobre os Determinantes Sociais da Saúde, como fator estrutural, resultado de um processo longínquo, contudo presente em nossos dias.

Como moradora do bairro, cresci ouvindo histórias das minhas vizinhas mais velhas, que antigamente quando aumentava um pouco o nível do mar, era o bastante para as casas alagarem, isso porque, como falam por aqui “tudo era mar”. As mulheres do bairro, sempre encontravam um jeito de vender alguma coisa para subsidiar existência individual e familiar, já que o emprego formal é excludente. Umas mariscavam, outras costuravam, bordavam, vendiam acarajé, faziam faxina e por aí vai. A sensação que eu tenho, é que estamos vivendo em constante adoecimento, sem descansar. Porque o trabalho nunca para e os corpos adoecidos, continuam invisibilizados.

Como estudante de Serviço Social é possível compreender, esse processo como reflexo das multifacetadas expressões da questão social, fruto do sistema racista, capitalista e genocida que produz e reproduz desigualdades nas diversas camadas da sociedade, atingindo sobretudo as/os mais pobres. A mercantilização dos Direitos Sociais é marca consolidada do ideário neoliberal e atinge com severidade, as classes menos favorecidas. Nesse sentido, a

desresponsabilização do Estado, frente às Políticas Sociais universais, aguça-se nas expressões da questão social no cenário de conjuntura atual, cujas repercussões, reverberam-se na desassistência aos indivíduos e coletivos, “na proliferação da pauperização” e no avanço da desigualdade social. Sobre esta ótica, penso que compreender as opressões que atravessam nossos corpos, como mulheres pretas da Massaranduba, é vislumbrar um futuro de possibilidades, a partir do olhar crítico sobre a realidade que nós estamos inseridas.

Portanto, esse estudo é necessário para compreender e identificar como o racismo intensifica essas opressões e como atinge os corpos pretos do bairro. A partir de um olhar interseccional sobre essa realidade.

Dessa forma, a primeira seção foi definida como “Você já ouviu falar do Cemitério Bom Jesus da Massaranduba?” Cujas discussões desdobram-se a partir de registros, sobre a marginalização e desprezo dos corpos pretos mortos e vivos, apontando a segregação sócio-espacial da atualidade como um reflexo do período escravagista.

A segunda seção, cujo título é “Os Determinantes Sociais da Saúde das mulheres negras do bairro da Massaranduba?” está alicerçada na compreensão interseccional das categorias explicitadas no decorrer das seções anteriores, como aspectos que encontram os corpos-indivíduos e coletivos das mulheres pretas, residentes do bairro Massaranduba, buscando entender como as determinações históricas e sociais corroboram para o adoecimento, a partir da perspectiva do conceito ampliado de saúde, da análise dos dados da Secretaria Municipal de Saúde- Salvador, e da narrativa sobre os episódios do racismo institucional na área da Saúde, sentidos na pele da mulher preta moradora do bairro.

Vem comigo conhecer o bairro!

3.1 VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DO CEMITÉRIO BOM JESUS DA MASSARANDUBA?

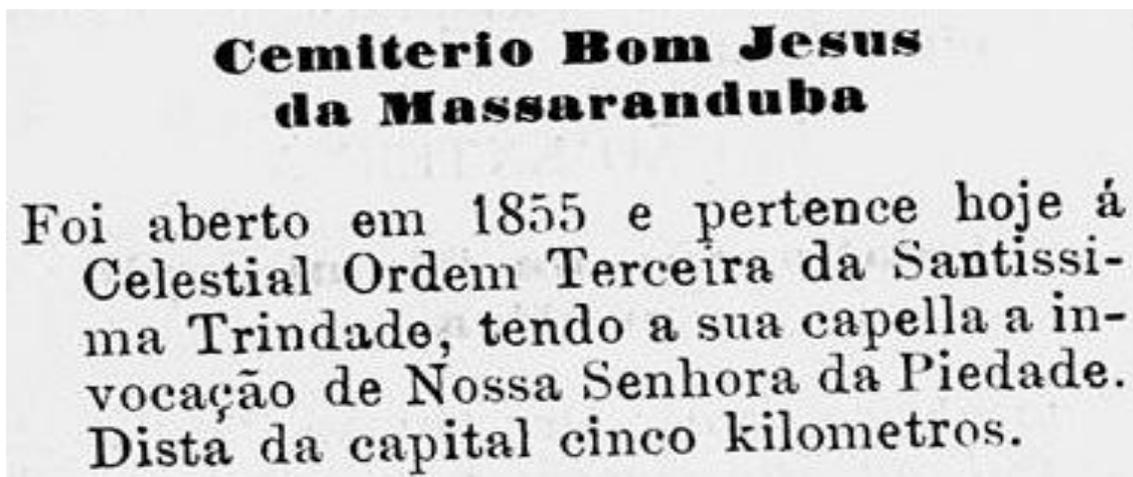


Figura 5. Manchete retirada do Jornal Estado da Bahia de 1911. Acesso em 12 de Julho de 2020

Caso nunca tenha ouvido falar, quero começar lhe contando que eu também, como moradora do bairro até pouco tempo quase nada sabia dessa história, ouvia relatos quando criança, que durante a fundação de algumas casas achavam-se restos de ossos e alças de caixões, contudo nunca tive dimensão do que de fato se tratava. Portanto, saliento aqui, a dificuldade de encontrar registros sobre o processo de formação do bairro Massaranduba.

Essa dificuldade de registro é resultado do apagamento histórico que vem de muito longe, como descrevi nas linhas do capítulo anterior. Todavia, com base em dados bibliográficos, pude encontrar algumas pistas desse passado, atrelando o bairro a um território que um dia foi cemitério da cidade de Salvador BA, entre os séculos XIX e XX, sendo sua localização distante do centro urbano.

O cenário era de extrema pobreza e vulnerabilidade social, e pertencia a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade (instituição vinculada à Igreja Católica), como um espaço cedido para enterrar escravizadas/os e indigentes, sendo o único em toda a Península Itapagipana, e como afirma o autor Francisco de Jesus (2014), às condições de higiene do cemitério eram precárias.

[...] o cemitério de Bom Jesus da Massaranduba, em Itapagipe, pertencente à irmandade do Santíssimo Sacramento, e destinado ao enterramento, principalmente, de escravos, indigentes e justicados. Esse cemitério, certamente, assimilava-se ao do Valongo, no Rio de Janeiro, onde os escravos recém-chegados d'África eram sepultados de forma muito precária. Porém, diferentemente da necrópole carioca, o cemitério de Bom Jesus da Massaranduba parecia não trazer incômodos, pois, estava situado fora do perímetro urbano (JESUS, 2014)

Portanto, desde esse período, a região, do hoje bairro Massaranduba é desassistida e destinada às peles pretas, pois os corpos, ainda que mortos continuavam segregados e considerados indignos de serem enterrados próximo à branquitude e condicionados à marginalização.

Uma curiosidade sobre o cemitério é que a área territorial ocupada era cercada pelo alagamento da maré, e bem próximo ao manguezal.

Neste lugarejo tudo é tristeza, a pobreza nem tinha aonde morrer, não sabia fingir. Mães que pediram esmola para enterrar os filhos. Pobres sem convenções, sem remédio, sem ajuda. Meninos de camisola rasgado, outros que acordaram e passavam os dias nus. Mulheres com vestidos em mulambus. Homens humildes, sem trabalho, sem era e sem beira. Rua da pobreza, pouquíssimas casas baixas, ao olhar por dentro, vê-se escuras. Superlotadas de habitantes, necessitados e doentes. (OLIVEIRA, 2019 apud CARNEIRO, A. J. M, 1934)

Milton Santos (2008) contribui com a fala do autor supracitado e nos explica a razão do cenário do bairro ser de tanta tristeza, o autor afirma que as causas da vulnerabilidade social que configurava a região de Itapagipe, era reflexo do empobrecimento da população, que estava relacionado ao quantitativo de pessoas que migravam dos interiores para a cidade de Salvador-Ba, em busca de melhores condições de vida. Pois, na região concentrava-se as atividades industriais da cidade, sendo a Península de Itapagipe considerada como sub distrito industrial.

Portanto, o que não se esperava era que o crescimento populacional da região fosse acontecer subitamente, pois como afirma o autor (2008), Itapagipe “em 1940 contava 44 mil habitantes”. Sendo este fator, responsável pela ocupação dos espaços vazios do território de Massaranduba, como também do aparecimento de palafitas, que passaram a ser construídas como estratégia de moradia, sobre o mangue e maré.

Conforme elucida o autor Leandro de Oliveira (2019), em sua tese de doutorado, as estacas utilizadas para sustento das palafitas eram as madeiras de Massaranduba, e por esta razão deu-se então, origem ao nome do bairro.

Assim, o bairro foi sendo construído em casas e barracos de palafita. Sem valor econômico, o incentivo que o bairro recebeu do poder público pode ser identificado ironicamente com o lixo que veio a ser produzido na cidade e despejado na região. (OLIVEIRA, 2019)

Milton Santos (2008), também faz referência ao lixo despejado na região de Itapagipe, apesar de não explicitar com exatidão o nome do bairro Massaranduba, este menciona as mesmas características do processo de formação.

Os marginais aproveitam os espaços vazios sem mesmo indagar quem é o proprietário e aí constroem verdadeiros *bidonvilles*, bairros inumanos onde vivem seja como for; esses bairros são chamados *invasões*; o mais impressionante de todos é aquele construído sobre os manguezais aterrados com lixo, na península de Itapagipe. (SANTOS, 2008)

Com base nos autores, o lixo da população da cidade de Salvador- BA era despejado na Península Itapagipana, por volta da década de 40-50, sendo o processo de urbanização do bairro, reflexo do desprezo e desassistência do Estado as pessoas que viviam marginalizadas neste espaço, por conta da disparidade social e das alocações territoriais, que também culminou na extinção do cemitério Bom Jesus de Massaranduba, para ocupação territorial.

Portanto, como estratégia de superação da vulnerabilidade social e dos riscos acometidos pela condição insalubre das palafitas, os próprios moradores do bairro, aterravam o lixo que era despejado na área, apropriando-se dos espaços, para realização do sonho da casa própria, resistindo às diversas tentativas de desapropriação do poder público, literalmente de punho cerrado. Formando assim, o então bairro Massaranduba.

Conforme os dados da Secretaria Municipal de Saúde (TABNET), estima-se que em 2019, a população do Distrito de Itapagipe era de 83.382 habitantes, com base nos dados do último censo de 2010.

3.2 OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS DO BAIRRO DA MASSARANDUBA

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) o conceito de saúde é definido de maneira ampliada, e engloba aspectos biopsicossociais e espirituais, interpretados como fatores partícipes para o processo saúde-doença da população. De acordo com a concepção do SUS, promulgada na Lei de nº 8080/90 cujo, caráter está pautado na universalidade, integralidade e equidade,

como também na descentralização e interdisciplinaridade das ações, a saúde é entendida para além da ausência de doenças, mas como um conjunto de fatores que determina a saúde ou a doença, bem como, alimentação, moradia, lazer, trabalho, renda, transporte e acesso à bens e serviços essenciais. Integrante do tripé da Seguridade Social, a Saúde, está pautada no Art. nº 196 da Constituição Federal de 1988 que define- a “como direito de todos e dever do Estado”.

Portanto, é dever do Estado promover condições de saúde. Partindo dessa compreensão, vamos pensar na saúde da mulher negra inserida no território de periferia (Massaranduba).

Como vimos no decorrer das seções anteriores, as condições impostas pelo sistema racista, misógino e classista repercute na vida da mulher preta, e corrobora para o adoecimento desta na sociedade, desde o período escravagista. As opressões que atravessam os nossos corpos- territórios, se mantiveram presentes, apesar dos tempos e avanços.

Podemos identificar, que no Brasil- Bahia- Salvador, existe um quantitativo significativo de mulheres negras que ocupam lugares abaixo da linha de pobreza, e representam um percentual elevado na taxa de analfabetismo, assim, quando às comparadas com mulheres brancas, estas têm menor acesso aos serviços de saúde, considerando que estão mais vulneráveis e expostas aos diversos determinantes sociais da saúde bem como, má alimentação, sobrecarga de trabalho, moradias, ausência de saneamento básico, enfrentando o racismo no cotidiano.

A grande maioria de mulheres negras encontra-se abaixo da linha de pobreza e a taxa de analfabetismo é o dobro, quando comparada a das mulheres brancas. Por essas razões, elas possuem menor acesso aos serviços de saúde de boa qualidade, resultando que as mulheres negras têm maior risco de contrair e morrer de determinadas doenças do que as mulheres brancas. (BRASIL, 2004, p. 50).

Conforme PNAISM (2013) tais doenças como hipertensão arterial, diabetes mellitus, desnutrição, anemia falciforme, doenças pulmonares, alta incidência e reincidência de miomas são exemplos mais comuns, das doenças que acometem as mulheres negras.

Dessa forma, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra compreende-se que:

O racismo se reafirma no dia-a-dia pela linguagem comum, se mantém e se alimenta pela tradição e pela cultura, influencia a vida, o funcionamento das instituições, das organizações e também as relações entre as pessoas; é condição histórica e traz consigo o preconceito e a discriminação, afetando a população negra de todas as camadas sociais, residente na área urbana ou rural e, de forma dupla, as mulheres negras, também vitimadas pelo machismo e pelos preconceitos de gênero, o que agrava as vulnerabilidades a que está exposto este segmento. (BRASIL, 2013, p.15-16)

Considerando, que a questão de raça-gênero-pobreza, são questões que vem de muito longe e resultante de uma construção social. De acordo com a Política Nacional de Atenção Integral da Mulher (2004), a situação de saúde das mulheres se diferencia da saúde dos homens por questões de sobrecarga com as responsabilidades do trabalho doméstico, condições de trabalho e estilo de vida.

No caso das mulheres, os problemas são agravados pela discriminação nas relações de trabalho e a sobrecarga com as responsabilidades com o trabalho doméstico. Outras variáveis como raça, etnia e situação de pobreza realçam ainda mais as desigualdades. As mulheres vivem mais do que os homens, porém adoecem mais frequentemente. A vulnerabilidade feminina frente a certas doenças e causas de morte está mais relacionada com a situação de discriminação na sociedade do que com fatores biológicos. (BRASIL, 2004, p. 9).

Dessa forma, por entender o racismo como determinante social estrutural da sociedade, e institucionalizado no país. A partir de uma ótica interseccional podemos compreender como as opressões, se reverberam no processo saúde-doença da mulher negra moradora da Massaranduba.

Com base nos dados do último censo do IBGE (2010), sobre os aspectos populacionais do bairro Massaranduba disponíveis no site da UFBA (2018) o bairro tinha cerca de 20.160 habitantes, dentre essas/es residentes, a pesquisa mostrou que 86,06% das/os moradoras/os se autodeclaram pretas/os e pardas/os. Cujo, percentual de mulheres é de 53,26% e de homens 46,74%, ou seja, entre os habitantes há um quantitativo maior de mulheres negras.

Tabela 1 Quantitativo das/os residentes do bairro Massaranduba por faixa etária, Salvador, 1991, 2000, 2010.

Faixa Etária	1991	2000	2010
0 à 4	9,66%	8,95%	5,95%
5 à 9	11,14%	8,63%	6,62%
10 à 14	11,83%	9,00%	8,39%
15 à 19	10,47%	11,03%	8,19%
20 à 49	44,16%	47,92%	50,62%
50 à 60	8,18%	9,02%	13,45%
Acima de 65	4,25%	5,44%	6,75%

Fonte: Dados do IBGE, 1991, 2000, 2010. CONDER/INFORMS, 2016. Elaboração: Observa SSA, 2018.

Conforme os dados apresentados, podemos verificar um quantitativo crescente das/os residentes entre 20 à 49 anos de acordo com os 3 últimos censos, que atingem um percentual de 50,62% em 2010, como também é possível perceber, um aumento significativo no percentual da população entre 50 à acima de 65 anos, quando comparamos os últimos dados com o ano 2000. Assim constatamos que houve uma diminuição no percentual da faixa etária entre 0 à 19 anos. E o envelhecimento é crescente na população residente do bairro Massaranduba.

A pesquisa também identificou as condições de infraestrutura do bairro, e verificou que cerca de 98,25% dos entrevistados, apresentaram possuir coleta de lixo domiciliar diariamente, todavia também notou que existe um percentual de 1,75% da população residente que não tem o lixo coletado regularmente. Como também, 96,10% dos habitantes, afirmaram possuir serviço de esgotamento sanitário, contudo 3,90% do quantitativo apresentado ainda não

possui. Sendo que 99,08%, afirmaram possuir água encanada, e 0,92% do quantitativo habitacional do bairro, de famílias que ainda são desassistidas.



Figura 6. Imagem retirada do Jornal Correio da Bahia de 30/01/2019, fotografia de Marina Silva das/os moradoras/es do Bairro da Massaranduba que tiveram suas casas demolidas. Acesso em 18/07/2020

Portanto, segundo os dados, em 2010 ainda existiam famílias residentes do bairro Massaranduba, que não acessavam serviços essenciais de saneamento básico e infraestrutura como também, viviam em condições precárias de existência. Contudo, tendo em vista que essas são informações do último censo, é possível que essa realidade talvez tenha mudado, todavia podemos constatar que os indicadores apresentados são resultados de um processo histórico que não se pode esconder, pois as condições de vida da população negra neste bairro, ainda apresentam aspectos de negligência do Estado aos corpos que permanecem marginalizados.

Pois, apesar dos tempos, as questões de disparidade social e marginalização das/os sujeitas/os, ainda se reverberam na contemporaneidade. Como podemos perceber na reportagem realizada pelo jornal Correio da Bahia (2019), em janeiro do ano passado, moradoras/es do final de linha do bairro, foram surpreendidas/os quando tiveram suas casas destruídas pela CONDER, conforme reportagem do jornal, isso aconteceu por conta de uma falha de comunicação entre os órgãos responsáveis, pois havia uma “notificação

impedindo a demolição das construções”. Contudo, ainda assim, as moradias foram demolidas e as famílias desapropriadas.

Em média foram 400 habitações destruídas para construção de novas casas no território, sendo as/os moradoras/es inesperadamente desabrigadas/os, vendo tudo que conseguiram conquistar, literalmente desabar em poucos minutos. E como no passado, as famílias mais uma vez estiveram entregues à própria sorte.

“Não tinha para onde ir. Sou sozinha. Construí meu barraco com muito suor. Trabalho dia e noite vendendo água na rua. Sem lugar para ficar, fiquei aqui mesmo. Passei a noite com meu colchão na porta do barraco”, desabafou. “Aqui tem muito rato. Passaram direto. Sem falar que choveu à noite e estava frio. Tive que correr para ficar embaixo de um telhado. Quando tudo passou, já amanhecia”, relatou a ambulante. (CORREIO DA BAHIA, 2019)

Como no relato acima, muitas famílias foram obrigatoriamente desapropriadas das suas casas, até então serem assistidas e conseguiram realizar o cadastro para recebimento do aluguel social. Segundo informações da CONDER (2020) ao todo foram cerca de 174 famílias cadastradas e ainda este ano, serão entregues as novas habitações. Contudo, jamais serão apagadas as lembranças do sofrimento vivenciado pelas/os moradoras/es, que tiveram que desocupar suas casas às pressas.

Como afirma a autora Grada Kilomba (2018) “O racismo é uma realidade violenta” e se mantém presente no cotidiano das mulheres e homens pretos. Dessa forma, entendo que o constrangimento e as exposições experienciadas pelas sujeitas/os negras/os moradoras/os do bairro, revelam o desrespeito às vidas desfavorecidas pelas condicionalidades históricas.

O autor Silvio Almeida (2018) também nos auxilia na compreensão do caso supracitado, quando nos explica o racismo institucional, este reflexo de uma sociedade racista, que de maneira camuflada expressa o racismo através das instituições, de forma que, quase imperceptível pois, as ações partem de “instituições respeitadas na sociedade” sendo os seus atos naturalizados e entendidos como normais. O autor (2018, p. 34) também nos ensina, que é racismo institucional quando as instituições dificultam a ascensão social da população negra contribuindo para o aprisionamento dos corpos à segregação.

Tabela 2 Perfil das/os residentes do bairro Massaranduba acima de 15 anos, por sexo não alfabetizadas/os, Salvador, 1991, 2000, 2010.

Sexo	1991	2000	2010
Feminino	11,09%	7,31%	3,59%
Masculino	7,21%	4,90%	2,54%

Fonte: Dados do IBGE, 1991, 2000, 2010. CONDER/INFORMS, 2016. Elaboração: Observa SSA, 2018.

Um outro fator percebido, é que com base no comparativo dos últimos censos analisados, apresentados pelo IBGE, disponíveis no site da UFBA (2018) sobre o perfil das/os residentes não alfabetizadas/os acima de 15 anos, podemos compreender que o percentual de mulheres analfabetas é maior que dos homens.

Muitas vezes, o racismo não aparece nas atitudes discriminatórias explícitas mas, expressa-se em forma de resultados negativos ou desiguais, como podemos observar acima, a negação dos Direitos ou precarização deles, são determinações estruturais que refletem no estilo de vida e condições de saúde das mulheres negras, impactando diretamente nos aspectos de morbidade e mortalidade. Portanto, é necessário identificar o racismo silencioso das instituições, pois essas negligências, reverberam-se na desassistência aos corpos pretos femininos.

Como exemplo dessa realidade, quero partilhar dois episódios do racismo institucional, experienciado pelas mulheres pretas do bairro Massaranduba, em instituições de saúde.

Dona Fernandes enquanto varria a calçada da sua casa, comentou comigo, que estava sentindo umas dores no peito meio estranhas, que até procurou o médico, mas não deu nem tempo de dizer o que ela estava sentindo porque, o atendimento já tinha acabado quando se sentiu à vontade para falar. Ela saiu do consultório com as mesmas dúvidas que entrou, e o médico explicou, explicou e não explicou nada. Ela me disse, que estava tomando uns chazinhos. Aprendeu que esse chá que ela estava tomando era “tiro e queda”. E que não ia

mais ficar um tempão na fila, muito menos aguardar meses para sair da consulta com as mesmas dúvidas.

Minha vizinha, também chegou ontem da maternidade e como a gente tem intimidade, me atrevi a perguntar como foi seu parto. Ela me contou que ficou quentinha mesmo sentindo muita dor e afirmou, você sabe né, Verena? Quando a gente expressa nossas dores no momento das contrações mais intensas, nenhum profissional de saúde vem nos atender. Mas, se a gente ficar bem quietinha, sentindo as dores caladinhas. Aí sim, eles vêm! Foram muitas dores, mas você sabe, né? Eu sou preta e sou resistente a dor. Fiquei quietinha.

Quando minha amiga, me disse que precisou ficar em silêncio ainda que sentindo muitas dores, imediatamente associei as máscaras de silenciamento que Anastácia e tantas outras eram obrigadas a usar, no período colonial. Essa máscara permanece camuflada nos espaços de poder, ocupados pela branquitude, e continua silenciando mulheres pretas. Contudo, é necessário entendermos que o racismo tem multifacetadas formas de se apresentar.

Me lembrei também, de um médico estadunidense chamado James Marion Sims, denominado como pai da ginecologia, por desenvolver uma técnica cirúrgica para reparação da fístula vesicovaginal, que para chegar a tal técnica, utilizava mulheres pretas em situação de escravidão para realizar os procedimentos quando ainda em testes, ou seja eram cobaias, contudo, para além disso, o procedimento era realizado sem anestesia. Por, entender que mulheres negras não sentia dor, sendo resistentes à dor.

“As mulheres negras são resistentes”, é o que diz o senso comum e vai além disso, pois parece que a prática de Sims ganhou adeptos na atenção obstétrica. Estudos científicos confirmam que os profissionais de saúde utilizam desta informação para definir o uso ou não de analgesia para as mulheres negras, é o que revela a pesquisadora Maria do Carmo Leal e colaboradoras em seus dois artigos “A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil” (2017). Neste artigo é evidenciado que as mulheres pretas recebem menos anestesia local (pretas 10,7% e brancas 8,0%) para a episiotomia e o artigo mais antigo “Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001” (2005) revela que as mulheres negras estão mais expostas à não utilização de anestésico no parto vaginal, chegando a quase um terço. (GELEDÉS, 2018)

Diante disso, é possível identificar que historicamente, nós mulheres negras, temos os nossos corpos acometidos pelas inúmeras violências, ora, pelo Estado, e suas instituições que nos deveria assegurar Direitos, como também, promovida por profissionais de saúde, servidores do sistema de segurança pública, dentre outros setores ou até mesmo, por nossos pares.

As nossas dores, são a todo momento deslegitimadas e invisibilizadas, e quando gritamos, frente a tanto silenciamento e exclusão, somos reduzidas a “históricas”. E os nossos corpos como no passado, permanecem silenciados.

É nesse sentido, que percebemos a violência doméstica em crescimento gradativo no bairro, como nos revela a tabela abaixo.

Tabela 3 Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/outras violências no bairro Massaranduba, notificados pelo ano de ocorrência, Salvador, 2007 -2019.

ANO OCORRÊNCIA	CASOS NOTIFICADOS
Em branco	1
2008	19
2009	21
2010	21
2011	20
2012	21
2013	38
2014	47
2015	37
2016	26
2017	43
2018	43
TOTAL = 343	

Fonte: SMS/ SUIIS - SINANNET

Esses números representam gritos, dores, denúncias de abusos sexuais, apropriação de corpos, e inúmeras violências domésticas que têm crescido com

o passar dos anos. Talvez, nem todas que foram violentadas estejam incluídas nesse quantitativo, por talvez não conseguir encontrar forças para registrar ocorrência, porque as opressões para além de ferirem a carne, ferem às mentes, imobilizando os pés, mãos e bocas. E condicionando-as ao adoecimento e morte da liberdade de serem donas dos seus próprios corpos territórios.

Portanto, para finalizar essa construção, quero também lhe apresentar um outro dado, contudo, este mais recente. A Secretaria Municipal de Saúde (2020) notificou 74% da população preta e parda, que evoluíram a óbito por COVID-19 em Salvador, tais resultados é reflexo do racismo escancarado. Pois, como vimos, nós pessoas pretas ocupamos a base na pirâmide social-econômica e topo de todos os dados negativos e desiguais que corroboram para o adoecimento, e em tempos de pandemia não diferentemente do comum, os nossos corpos tornam-se vulneráveis e suscetíveis à morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo monográfico possibilitou a compreensão da historicidade dos alicerces opressores colonialismo e racismo, estes, estruturas históricas e sociais. Como também, buscou compreender o processo de apropriação dos corpos pretos e dominação da branquitude eurocêntrica sobre a “outridade”, desde o sequestro das/os negras/os do continente africano e das opressões raciais e sexistas no processo de travessia sobre o Atlântico.

Resgatando as memórias do sofrimento das mulheres e homens pretos em condição de escravidão para elucidar os efeitos do racismo e das raízes coloniais na contemporaneidade. Com ênfase, para as mulheres pretas, estas, objeto deste estudo, contudo não deslegitimando o sofrimento do homem preto, contudo, elucidando as opressões e condicionalidades impostas pela branquitude de sobrevivência no período escravagista e como estes transversalizam a vida das mulheres negras.

Como também, elucidou o processo de marginalização sócio espacial dos corpos pretos desde as senzalas às periferias, como reflexo de segregação entre dois pólos, compreendendo o corpo preto como um território, “desterritorializado”

pelo poder hegemônico. Atrelando tais reflexões, à segregação dos corpos pretos no bairro Massaranduba.

Assim, identificando no presente as feridas do colonialismo, que ainda sangram às vidas pretas, segregadas e marginalizadas nos espaços de desprestígio social, e as mantendo em silenciamento, sobre a ótica que o racismo estrutural se institucionalizou, dificultando o acesso aos determinados espaços, imobilizando transitoriedade da raça.

Portanto, partindo desta compreensão foi possível perceber como a interseccionalidade atravessa os corpos das mulheres pretas moradoras do bairro Massaranduba, desde o seu processo de formação e como as estruturas do passado, ainda hoje, alcançam os corpos no presente.

Deste modo, constatou que o fenômeno saúde- doença das mulheres pretas é reflexo do racismo estrutural, sendo este fator determinante social para saúde das mulheres pretas do bairro Massaranduba. Pois, com base nos dados da SMS de Salvador, foi possível notar indicativos que apresentam as disparidades sociais, diretamente relacionadas com as opressões de raça, gênero, classe e território.

Saliento aqui, as dificuldades de encontrar registros precisos, sobre dados de saúde da população do bairro, como também dados bibliográficos dados, que revelassem o processo de formação do bairro Massaranduba.

Desta forma, compreendo que esta pesquisa, buscou contribuir com a discussão interseccional na saúde das mulheres pretas em território de periferia, entendendo as especificidades do bairro.

REFERÊNCIAS

ACCORDI, Leandro de Oliveira. **MEMÓRIAS PERIFÉRICAS... As narrativas de Mestre Nô: Capoeira Angola, Educação e Formação Humana** BA/BR.378 f.: il. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **O Que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte. Letramento, 2018. Disponível: Http://Www.Uel.Br/Neab/Pages/Arquivos/Livros/Almeida,%20silvio_%20o%20que%20é%20racismo%20estrutural_.Pdf

BRASIL, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Brasília, 19 de setembro de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.** Brasília – DF 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** Brasília - DF Fevereiro de 2007. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf

BRASIL. **Subsídios para o debate sobre a POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: Uma Questão de Equidade.** Sistema Nações Unidas Brasília, dezembro de 2001.

CARMO, Caroline Ramos do. **Construções epistemológicas decoloniais – ações e práticas políticas que falem mais de nós, por nós!** In: **COMISSÃO DE TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA BAHIA**. Mesa Redonda: Formação profissional e produção de conhecimento em Serviço Social na Bahia: trajetórias e contribuições das pesquisadoras negras. Salvador, Bahia. UCSAL, 2019

COSTA, et al. IPEA. TD 1137 - **A Face Feminina da Pobreza: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza no Brasil**. 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4726

CRUZ, Raira Vieira da. **RACISMO, MARGINALIZAÇÃO DO CORPO NEGRO NA RUA**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social. Universidade Católica do Salvador-UCSAL. Salvador, 2019.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. Edição Boitempo, 2016.

GELEDES. CARVALHO, Leandro. **Mercado de Escravos**, 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mercado-de-escravos/>

GELEDES. **E não sou uma mulher? Sojourner Truth**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>.

GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras**. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. 1983.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher**. Mulheres Negras e feminismo. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro, 2014. 1ª Edição, 1981.

IPEA. **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos**. 2007. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526&catid=10&Itemid=9.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano**, 2019. Disponível

https://Www.Academia.Edu/39868012/Mem%C3%93rias_Da_Planta%C3%87%C3%83o_Epis%C3%93dios_De_Racismo_Cotidiano

MINAYO. Et al. **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 21ª Edição. 2002. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>

MONDARDO, Marcos Leandro. **“O corpo enquanto “Primeiro” Território de Dominação: O Biopoder e a sociedade de Controle”**. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourado, 2009. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/modardo-marcoso-corpo.pdf

MUNANGA, Kabengele. **UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RACA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA***, 2014. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Editora Vozes. Ltda. Petrópolis RJ. 1980.

OLIVEIRA, Luma Isabel Paixão. **O Ilê Aiyê enquanto fomento de reconstrução identitária para mulheres negras do bairro da Liberdade**. 56 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social. Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de Fala?** Editora Letramento. Coleção Feminismos Plurais. 2018.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade de Salvador**. Estudo da Geografia Urbana. 2008.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Thaís. **A TERRITORIALIDADE DOS CORPOS FEMININOS NEGROS**. Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO, Ano 07, n.13, agost. /dez.2018

UFBA, Observa SSA. **Observatório de bairros Salvador**, 2018. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/massaranduba>

VALENÇA, Ingrid de Carvalho. **Direito a saúde e o homem em situação de rua: desafios e estratégias para sua efetivação.** 2019, 50fls. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social. Universidade Católica do Salvador – UCSal. Salvador, 2019.

WENDEL, Bruno; NASCIMENTO, Vinicius. **JORNAL CORREIO DA BAHIA,** 'Passei a noite com meu colchão na porta do barraco', **diz moradora de casa demolida.** **30/01/2019.** Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/passei-a-noite-com-meu-colchao-na-porta-do-barraco-diz-moradora-de-casa-demolida/>